

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 072/2024
Data: 07/08/2024

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO QUER CONSTRUIR TERMINAL PARA RECEBER CRUZEIROS NO LITORAL DE SP.....	4
ZPE DO CEARÁ CRESCE NO PRIMEIRO SEMESTRE E MOVIMENTA MAIS DE 5 MILHÕES DE TONELADAS.....	5
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA EM SANTA CATARINA TEM ALTA DE 16%	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
SHINERAY VAI INVESTIR R\$ 75 MILHÕES NA EXPANSÃO DA FÁBRICA EM SUAPE.....	6
PIONEIRA EM AL, PINDORAMA GERA EM TRÊS ANOS R\$ 8 MILHÕES EM CRÉDITOS CBIOS.....	7
GOVERNO USARÁ R\$ 400 MILHÕES DO BNDES PARA O ARCO METROPOLITANO.....	9
CODEBA INVESTE R\$ 10 MILHÕES PARA MODERNIZAR ACESSO A PORTOS BAIANOS	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
PRÊMIO PORTOS + BRASIL SERÁ ENTREGUE NESTA QUARTA-FEIRA (7), EM BRASÍLIA	11
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	12
BRASIL E CHILE: NOVO ACORDO SIMPLIFICA CONVERSÃO DA CNH E TRAZ VANTAGENS PARA MAIS DE UM MILHÃO DE TURISTAS.....	12
APÓS DEZ ANOS DE ESPERA, POPULAÇÃO DE SANTA CATARINA RECEBE O CONTOURNO VIÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS NESTA SEXTA-FEIRA (9).....	13
BE NEWS – BRASIL EXPORT	14
EDITORIAL – UM FUTURO SUSTENTÁVEL E TECNOLÓGICO PARA O AGRONEGÓCIO DO BRASIL	14
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	15
<i>Investimento aéreo 1</i>	15
<i>Investimento aéreo 2</i>	15
<i>No Top 5 da inovação 1</i>	15
<i>No Top 5 da inovação 2</i>	15
NACIONAL - NO SENADO, BETO MARTINS QUER DEBATER LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA.....	15
NACIONAL - AGRO BRASILEIRO TEM POTENCIAL ATENDER DEMANDA GLOBAL POR TERRAS ATÉ 2030.....	16
REGIÃO SUDESTE - CONGRESSO REÚNE AUTORIDADES DO SETOR JURÍDICO E PORTUÁRIO	17
NACIONAL - ABDPM CONCLUI ESTUDOS PARA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO DE PORTOS.....	18
REGIÃO NORDESTE - EMPRESAS ASSINAM ACORDO PARA VIABILIZAR TERMINAL DE GÁS NATURAL EM SUAPE	19
REGIÃO SUL - TECON RIO GRANDE DÁ INÍCIO A SERVIÇO LIGANDO O CONE SUL À ÁSIA	20
REGIÃO SUDESTE - RJ TERÁ OPERAÇÃO DE ABASTECIMENTO EM ÁREA DE FUNDEIO	21
PORTO DE SANTOS - PORTOCEL RECEBE PRIMEIRA CARGA NO TERMINAL T32 EM SANTOS.....	22
BAHIA ECONÔMICA - BA	23
STF PRORROGA POR 45 DIAS CONCILIAÇÃO SOBRE VOTO DA UNIÃO NA ELETROBRAS	23
PROJETO QUE OBRIGA GOVERNOS A DETALHAR GASTOS COM CARTÕES CORPORATIVOS É APROVADO PELA CCJ DO SENADO.....	24
NOVA PARCERIA: BUNKER ONE E ACELEN LANÇAM OPERAÇÃO EM FUNDEIO EXTERNO DE SEPETIBA	24
BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 7,6 BILHÕES EM JULHO	25
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	26
IBL PRESTIGIA POSSE DO SENADOR BETO MARTINS.....	26
CONEXÃO SOPESP: CARLOS MOREIRA COUTO, GERENTE DE LOGÍSTICA E COMERCIAL DO TES DESTACA OS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO TERMINAL E AS PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2024	26
BRASIL E CHILE UNEM FORÇAS PARA IMPULSIONAR O COMÉRCIO EXTERIOR FEMININO	26
EDITAL PARA VTMS NO PORTO DE SANTOS TEM PREVISÃO DE SER PUBLICADO EM OUTUBRO	28
CAE APROVA ISENÇÃO DE FGTS E INSS PARA EMPRESA QUE CONTRATAR APOSENTADOS.....	29
JORNAL O GLOBO – RJ	30
TCU MANTÉM MANDATOS DE DIRETORES E PRESIDENTES DE AGÊNCIAS.....	30
VENDA DE 15% DAS AÇÕES DA SABESP PARA A EQUATORIAL É APROVADA PELO CADE.....	31
GOVERNADORES DO NORDESTE PEDEM A PACHECO MUDANÇA EM PROJETO DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS	32
‘É IMPORTANTE ENTREGAR ARCABOUÇO FISCAL NO ANO EM QUE O PLANO REAL COMPLETA 30 ANOS’, DIZ PRESIDENTE DO ITAÚ.....	34
EM DECISÃO UNÂNIME, CVM DIZ QUE PREVI NÃO PODE VOTAR SEPARADA DO GOVERNO NA ELETROBRAS.....	36



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	37
MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DO BRASIL CRESCEU 4,28% NO 1º SEMESTRE, COM MAIOR VOLUME DESDE 2010.....	37
MANSUETO: GOVERNO ESTÁ PREOCUPADO EM CUMPRIR META FISCAL; DÚVIDA É SE LULA FARÁ O QUE FOR PRECISO	38
CONSUMIDOR PODE PAGAR UMA CONTA DE LUZ A MAIS POR ANO PARA BANCAR NOVOS SUBSÍDIOS AO SETOR ELÉTRICO	38
GOVERNO AVANÇA COM SENADO EM DISCUSSÃO SOBRE DESONERAÇÃO, MAS QUER AVAL DA CÂMARA.....	41
CHINA: EXPORTAÇÕES CRESCEM 7% EM JULHO, ABAIXO DO ESPERADO	43
VALOR ECONÔMICO (SP).....	44
ANP AUTORIZA TOTALENERGIES A IMPORTAR GÁS NATURAL DA BOLÍVIA VIA GASBOL.....	44
COP30 VIRA TRUNFO ELEITORAL PARA FAMÍLIA BARBALHO	45
WILSON SONS MOVIMENTA 116,6 MIL CONTÊINERES EM JULHO, ALTA ANUAL DE 39,9%.....	47
PORTAL PORTOS E NAVIOS	47
BNDES PROJETA CARTEIRA MAIS ROBUSTA DE PROJETOS NAVAIS A PARTIR DE 2025.....	47
PETROBRAS ATUALIZA EDITAL PARA AFRETAMENTO DE 12 PSVs	48
PORTO DE SANTOS SE PREPARA PARA ASSUMIR SISTEMA DE VTMS	49
MODAL AQUAVIÁRIO CRESCER 4,28% NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024.....	50
MAERSK REGISTRA CRESCIMENTO DE 7% NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024	51
GOVERNO FEDERAL CONTINGENCIA RECURSOS NO ORÇAMENTO.....	51
ARTIGO - COMPROMISSO COM A RETOMADA DA INDÚSTRIA NAVAL.....	52
MAERSK ANUNCIA NOVOS CONSTRUÇÕES E CONTRATOS DE FRETAMENTO DE NAVIOS DE DUPLO COMBUSTÍVEL.....	53
FINEP FINANCIA DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL DE "BARCO VOADOR" PARA A AMAZÔNIA.....	54
PORTOCEL RECEBE PRIMEIRA CARGA NO TERMINAL DA SUZANO EM SANTOS	55
APÓS INVENTÁRIO COMPLETO DE GEE, PORTOS RS OBTÉM SELO PRATA DO GHG PROTOCOL	55
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	56
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	56



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO QUER CONSTRUIR TERMINAL PARA RECEBER CRUZEIROS NO LITORAL DE SP

Município apresentou projeto ao Governo de São Paulo, responsável pelo porto

Por Victor Barreto



O projeto contempla a implantação de um píer com dois berços para atracação (Carlos Nogueira/AT/Arquivo)

A Prefeitura de São Sebastião, no Litoral Norte de São Paulo, afirma ter apresentado ao Governo do Estado o projeto da construção do Home Port, um terminal de cruzeiros marítimos que teria capacidade até para atender o maior navio de passageiros do mundo.

A Administração Municipal informou que o terminal de passageiros foi projetado para ser instalado na Praia Grande, que fica na região central de São Sebastião, próxima do Porto. O projeto contempla a implantação de um píer com dois berços para atracação, sendo que um deles teria a capacidade de receber o Icon of the Seas, da empresa Royal Caribbean International, o maior navio de passageiros do mundo, com 365 metros de extensão.

Infraestrutura completa

“Nossa proposta é de um espaço voltado para o setor, com terminal de passageiros, estacionamento, praça de alimentação, museu, quadras esportivas e, o mais importante, acesso por aeroporto ou rodoviário”, explicou o diretor de Assuntos Portuários do Município, Sérgio Ramos.

Ainda segundo ele, o projeto do Home Port se diferencia do terminal para navios de cruzeiros de Santos, porque que o Porto santista enfrenta concorrência com outros tipos de embarcações.

O prefeito de São Sebastião, Felipe Augusto (PSDB), destacou que o projeto tem como objetivo o desenvolvimento do turismo na Cidade.

“Temos hotéis, restaurantes, praias, todo um trade que pode absorver os turistas que gostam de navios de cruzeiros. Nosso Home Port será em uma área estratégica, na Praia Grande, com toda infraestrutura necessária”, pontuou.

De acordo com a Prefeitura de São Sebastião, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) demonstrou interesse de encampar a iniciativa durante a realização do 7º Conexidades, evento que reuniu gestores das iniciativas pública e privada para debates sobre temas críticos e que foi sediado em São Sebastião, em junho.

“Já entregamos o projeto ao secretário de Turismo do Estado, Roberto de Lucena, e agora vamos definir qual a modalidade a ser adotada para a implantação, se por meio de parceria público-privada (PPP), do Estado ou do Estado com o Município”, acrescenta o diretor de Assuntos Portuários.

Procurados para um posicionamento a respeito da viabilidade do terminal, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Logística e Infraestrutura (Semil), responsável pela Companhia Docas de São Sebastião, afirmaram ainda não ter informações sobre o projeto.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 07/08/2024

ZPE DO CEARÁ CRESCE NO PRIMEIRO SEMESTRE E MOVIMENTA MAIS DE 5 MILHÕES DE TONELADAS

Crescimento é de 5,8% em comparação com o mesmo período do ano passado
Por *ATribuna.com.br*



Somente no segundo trimestre deste ano, a ZPE Ceará movimentou mais de 2,8 milhões de toneladas (Divulgação)

Com operações 24 horas por dia, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Ceará, que faz parte do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, fechou o primeiro semestre deste ano com um balanço positivo na sua movimentação de cargas. Ao todo, 5.194.800 toneladas passaram pelos portões de acesso da companhia ao longo dos seis primeiros meses de 2024, um crescimento de 5,8% na comparação com o mesmo

período do ano passado.

Somente no segundo trimestre deste ano, a ZPE Ceará foi responsável por movimentar mais de 2,8 milhões de toneladas de cargas, o que representa uma alta de 18,4% ante o primeiro trimestre de 2024. Na comparação com o segundo trimestre de 2023, o resultado também foi positivo: crescimento de 8,34%.

Ao longo do primeiro semestre deste ano, a principal carga movimentada pela ZPE Ceará foi o minério de ferro, com 2.327.397 toneladas, um incremento de 18% na comparação com o mesmo período de 2023. Também foram destaque as placas de aço produzidas na usina siderúrgica instalada na ZPE, que responderam por 1.433.248 toneladas no período, valor esse 6,6% superior ao registrado nos seis primeiros meses do ano passado.

Outro crescimento foi na movimentação de carvão, que atingiu 1.331.070 toneladas no primeiro semestre, alta de 65,7% na comparação com o mesmo período de 2023. Mais cargas movimentadas no período foram coque (53.665 toneladas), oxigênio (15.996 toneladas), refratário (9.951 toneladas), ferro manganês (9.065 toneladas), nitrogênio (7.738 toneladas), outras mercadorias, como aparelhos, máquinas, motores e peças (3.843 toneladas) e argônio (2.828 toneladas).

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 07/08/2024

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA EM SANTA CATARINA TEM ALTA DE 16%

Comparação é com o mesmo período do ano anterior
Por *ATribuna.com.br*



Porto de São Francisco do Sul, o maior de Santa Catarina, movimentou 8,7 milhões de toneladas de mercadorias nos seis primeiros meses de 2024 (Divulgação)

O Porto de São Francisco do Sul, o maior de Santa Catarina, movimentou 8,7 milhões de toneladas de mercadorias nos seis primeiros meses de 2024. O número representa um incremento de 16% com relação ao mesmo período de 2023, quando foram movimentadas 7,5 milhões de toneladas.

“Junho foi o sexto mês seguido de crescimento do Porto este ano, mesmo tendo alcançado o recorde histórico em 2023, quando movimentamos 16,8 milhões de toneladas”, ressalta o presidente do Porto de São Francisco do Sul, Cleverton Vieira.

Importação e exportação

De acordo com ele, neste primeiro semestre, a exportação foi responsável por 59% das cargas (5,1 milhões de toneladas). Já a soja foi o principal produto enviado para o exterior (4 milhões), seguido pelo milho (910 mil) e pela madeira (103 mil).

A importação alcançou 3,6 milhões de toneladas (41%), com destaque para os produtos siderúrgicos (1,9 milhão) e fertilizantes (1,1 milhão).

“O constante acréscimo no volume de cargas movimentado pelo Porto de São Francisco mostra nossa versatilidade em atender variados segmentos de cargas, com importantes reflexos para várias cadeias produtivas”, afirma Vieira, enfatizando a vocação de porto público multipropósito.

Indústria

“Recebemos fertilizantes e exportamos grãos, no segmento do agronegócio, assim como somos um importante elo na cadeia de transporte de aço e de outros materiais siderúrgicos para a indústria metal-mecânica catarinense e brasileira”, acrescenta o presidente do Porto.

Em junho

No mês de junho, a movimentação foi de 1,47 milhão de toneladas, aumento de 16,5% quando comparado com o mesmo mês de 2023 (1,26 milhão). As exportações alcançaram 832 mil toneladas (56%), impulsionadas principalmente pelo embarque de soja (802 mil toneladas).

Aço (291 mil toneladas) e fertilizantes (260 mil) foram as principais cargas importadas nesse mês, que totalizaram 644 mil toneladas (44% da movimentação portuária total).

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 07/08/2024



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

SHINERAY VAI INVESTIR R\$ 75 MILHÕES NA EXPANSÃO DA FÁBRICA EM SUAPE

Serão empregadas mais 100 pessoas, quando a expansão da fábrica entrar em operação

Por **Ângela Fernanda Belfort** - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Maquete mostra como vai ficar a expansão da fábrica da Shineray Motos em Suape. As obras vão começar em outubro. Foto: Divulgação/Shineray.

O diretor da Shineray Motos no Brasil, Paulo Perez, e o presidente do Porto de Suape, Márcio Guiot, assinaram, a escritura do terreno onde será implantada uma expansão da fábrica de motocicletas da empresa no Complexo Industrial Portuário de Suape. O investimento será de R\$ 75 milhões. A assinatura ocorreu na abertura da feira Multimodal Nordeste 2024, que ocorreu nesta terça-feira (06) no Recife Expo Center, no Bairro de São José, no centro do Recife. O evento vai até esta quinta-feira (08).

A fábrica da Shineray está instalada no distrito industrial de Suape numa área de 50 mil metros quadrados e vai passar a ter uma área de 77 mil metros quadrados. “A nossa intenção é aumentar a fabricação de motocicletas. Já aumentou o número de modelos fabricados localmente”, diz Paulo Perez. Atualmente, a planta local produz 12 modelos de motocicletas a combustão, mais três modelos de quadriciclos e oito modelos elétricos, incluindo patinetes, motocicletas e bicicletas.

A ampliação vai fazer com que a fábrica de motos contrate mais 100 trabalhadores diretos, gerando também 160 empregos indiretos. Atualmente, 350 pessoas trabalham na unidade local. “Isso também

significa mais movimentação para Suape, porque toda nossa carga chega por Suape”, comenta Paulo.

O projeto da expansão da fábrica já está pronto. A previsão é de que as obras comecem em outubro. Depois disso, a expectativa é que num prazo de 18 meses a nova parte da fábrica entre em operação. “A nova unidade será interessante, pois estamos planejando ser autossuficiente em energia com a implantação de painéis solares”, afirma Paulo. O terreno da expansão foi adquirido por R\$ 5,5 milhões.



Ao centro, o diretor-presidente do Porto de Suape, Marcio Guiot e o diretor da Shineray Motos no Brasil, Paulo Perez, assinam a escritura do terreno que vai receber a expansão da fábrica da companhia. Foto: Divulgação Suape

Porto de Suape lança censo na Multimodal

Ainda no primeiro dia da multimodal, o Complexo Industrial Portuário de Suape lançou, no estande da estatal, um censo voltado para a comunidade empresarial. O censo vai passar 30 dias aberto para as empresas responderem as perguntas. Instaladas nos 12 polos de desenvolvimento da estatal, estão 83 empresas que empregam cerca de 20 mil

pessoas.

O questionário do censo vai passar 30 dias aberto para as empresas responderem. “É uma proposta de criação de valor para manter o conhecimento dentro de Suape”, resume o diretor-presidente de Suape, Márcio Guiot. O censo vai traçar um perfil da mão de obra existente nas empresas que estão no complexo.

“A nossa intenção é interagir com essas informações, garantindo que os trabalhadores vão estar preparados com a antecedência necessária”, conta Márcio, acrescentando que a estatal pretende fazer parcerias com instituições como o Senac e o Senai para realizar capacitações dos trabalhadores locais.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 07/08/2024

PIONEIRA EM AL, PINDORAMA GERA EM TRÊS ANOS R\$ 8 MILHÕES EM CRÉDITOS CBIOS

Atualmente, a cooperativa Pindorama tem capacidade de emitir mais de 40 mil CBIOS por safra. A Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas vai seguir o exemplo

Por Vanessa Siqueira - vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Cooperativa é a pioneira no setor sucroenergético de Alagoas ao aderir ao RenovaBio. Foto: Cooperativa Pindorama

A Cooperativa Pindorama vem colhendo os resultados de ter sido pioneira em Alagoas na aposta de contribuir com as políticas de reduzir a intensidade de carbono matriz de combustíveis. Primeira usina sucroalcooleira do estado a aderir ao programa RenovaBio, do Ministério de Minas e Energia (MME), em pouco mais de três anos já obteve R\$ 8 milhões

de créditos gerados, que contribuíram para oferecer uma renda extra aos seus cooperados.

De acordo com o engenheiro ambiental Weverton Ferreira, gestor da Coordenação de Meio Ambiente da Pindorama, a primeira certificação da cooperativa no RenovaBio aconteceu em

novembro de 2020. Com a iniciativa, a Pindorama foi a primeira empresa do estado a aderir à política nacional de descarbonização, tornando-se pioneira no setor sucroenergético alagoano no quesito.

“A partir daí, a empresa já gerou cerca de R\$ 8 milhões em créditos de descarbonização, os chamados CBIOS. E esse montante é distribuído proporcionalmente entre os cooperados, a depender do tamanho de seu lote e produção de cana-de-açúcar”, informou Ferreira.

Seguindo a Pindorama

O exemplo da Pindorama agora é seguido pela Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas, que anunciou, há cerca de duas semanas, que, a partir da safra 2024/2025, prevista para iniciar no final do mês de agosto, também fará a distribuição dos créditos de descarbonização entre os fornecedores do estado.

“A Pindorama tem buscado cada vez mais soluções para contribuir com um futuro mais sustentável, sempre com esse espírito inovador, se tornando modelo nas questões ambientais”, destacou Ferreira.

O CBIO é um Crédito de Descarbonização ou Crédito de Carbono criado pelo programa governamental RenovaBio, lançado há mais de cinco anos pelo Ministério de Minas e Energia (MME). É um título emitido por empresas licenciadas e produtoras de biocombustíveis que, a partir de suas operações, contribuem com a agenda climática global.

A cada CBIO emitido, uma tonelada de carbono deixa de ser lançada na atmosfera. Hoje, a Pindorama tem capacidade de emitir mais de 40 mil CBIOS por safra, sendo uma das principais emissoras do setor sucroenergético.



Pindorama tem capacidade de emitir mais de 40 mil CBIOS por safra. Foto: Cooperativa Pindorama

Créditos de carbono

A engenheira ambiental Juliane Oliveira Rodrigues, que também é membro da Coordenação Ambiental da Pindorama, revelou que, além do RenovaBio, a Cooperativa vem desenvolvendo vários projetos para ampliar os cuidados com o meio ambiente.

“A Pindorama vem desenvolvendo projetos de créditos de carbono em seus mais diversos empreendimentos, com o objetivo de reduzir as emissões de dióxido de carbono para a atmosfera através de gerenciamento dos seus resíduos, manejo das lavouras com redução no uso de fertilizantes convencionais, além de investir no uso de produtos biológicos. Assim sendo, a Cooperativa mostra mais uma vez o seu compromisso com o desenvolvimento econômico, aliado à responsabilidade social e à sustentabilidade ambiental”, pontuou Juliane.

O presidente Klécio Santos afirmou que a empresa tem como política a sustentabilidade, e que só se consegue colocar isso em prática através de ações que contribuam com a manutenção dos meios naturais, ressaltando a importância do modelo cooperativista.

“O combustível produzido por nossa usina (etanol de cana e cereal) contribui em muito para minimizar os gases de efeito estufa, fazendo com que a camada de ozônio não seja tão impactada. O CBIO vem para estimular ainda mais os cuidados contra a emissão desses gases. Todo Crédito de Carbono identificado é comercializado anualmente e proporcionalmente dividido com os nossos associados. Isso é importante, pois além de estarmos beneficiando o meio ambiente de forma efetiva, trazemos, também, para o bolso do pequeno produtor, do nosso cooperado, um ganho que ele jamais teria se não fosse a Cooperativa buscar esses instrumentos”, destacou Klécio Santos.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 07/08/2024

GOVERNO USARÁ R\$ 400 MILHÕES DO BNDES PARA O ARCO METROPOLITANO

Na reunião em comissão da Alepe, secretário de Planejamento diz que dos R\$ 652 milhões de empréstimo do BNDES, R\$ 400 mi serão para o Arco

Por Márcio Didier - marcio.didier@movimentoeconomico.com.br



Deputados questionaram os secretários sobre o BNDES e PEF na Comissão de Finanças. Foto: Ed Machado/Seplag-PE

A Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) recebeu nesta terça-feira (6) os secretários estaduais da Fazenda, Wilson de Paula, e de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional, Fabrício Marques, para que eles explicassem pontos em aberto no pacote fiscal que o Governo do Estado enviou à Casa, em junho passado, que cria condições para novas operações de créditos. Uma das principais dúvidas dos deputados foi esclarecida e diz respeito à destinação para o Arco Metropolitano de R\$ 400 milhões, de um empréstimo total de R\$ 652 milhões que o Governo aguarda a autorização da Casa para contrair junto ao BNDES.

É a segunda vez que os secretários vão à Alepe para esclarecer dúvidas sobre os três projetos que o Governo do Estado enviou em 18 de junho. As propostas preveem a adesão de Pernambuco ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF) e os empréstimos de R\$ 652 milhões junto ao BNDES e outro de US\$ 275 milhões, contratado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que servirá para o refinanciamento da dívida do Estado, a juros menores.

Do BNDES para o Arco

Sobre o empréstimo do BNDES, ao enviar o PL nº 2089/2024, o Governo informou que R\$ 252 milhões seriam para o programa Sertão Vivo e R\$ 400 milhões “para investimento em infraestrutura, essencial para o desenvolvimento do Estado”. Desde que a matéria chegou à Casa que os deputados questionam em que obra serão investidos os R\$ 400 milhões.



Secretário Fabrício Marques diz que empréstimo do BNDES financiará o Arco Metropolitano. Foto: Rebeca Alves/Alepe

A resposta veio na audiência desta terça-feira (6). A verba será utilizada na construção do Arco Metropolitano, no trecho entre BR-101 e a BR-232, que cabe ao Governo do Estado. O secretário Fabrício disse que ainda não há estimativa de quanto custará a obra, mas que certamente será mais do que os R\$ 400 milhões do empréstimo e que, apesar de ainda ser submetido a uma análise criteriosa do banco, certamente será

aprovada.

“O BNDES faz uma avaliação de impacto. Não há nada, do ponto de vista de infraestrutura rodoviária, mais impactante que o Arco. Se o BNDES já financiou obras de muito menor impacto, ele não vai (vetar). Mas eu estou dizendo que a instituição financeira é criteriosa. Você não pode colocar lá qualquer tipo de investimento para ela, para o BNDES financiar. Ele tem critérios e tal. Mas não tem nenhum risco de o Arco não passar por um critério, que não há nada mais impactante”, destacou o secretário Fabrício.

Ele acrescentou que a parte estadual do Arco Metropolitano será licitada ainda neste semestre e as obras começarão imediatamente após o fim do processo licitatório. “O projeto já foi finalizado e o Estado está trabalhando agora no edital para licitar a obra e não será uma restrição (se não tiver os R\$ 400 milhões), claro que estão fechando, mas o Estado tem outras fontes, essa obra não vai só

depender dos R\$ 400 milhões, mas de outras fontes. Então o Estado vai terminar a licitação e vai iniciar a obra imediatamente após a sua licitação”, acrescentou Fabrício Marques.

Polêmica do PEF

Durante a reunião da Comissão de Finanças, os deputados de oposição questionaram o fato de o secretário da Fazenda, Wilson de Paula, ter feito à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o pedido de adesão do Estado ao Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF). Os parlamentares consideraram uma “truculência” do Governo o fato de fazer a solicitação sem a matéria ter sido aprovada na Casa.



Secretário da Fazenda, Wilson de Paula, falou sobre o pedido de adesão do Governo ao PEF. Foto Rebeca Alves Alepe

Ao iniciar a sua fala, Wilson de Paula pediu desculpas aos deputados e disse que apenas seguiu um conselho de membros do STN, para que desse início ao processo. Ele acrescentou, no entanto, que a solicitação não tem qualquer valor se o projeto não for aprovado pela Casa.

Ele ressaltou que o Estado tem uma “janela de oportunidade” de conseguir ingressar no PEF. Com a adesão, Pernambuco, que tem uma Capacidade de Pagamento (Capag) C, ganha o aval da União para contrair empréstimos a juros mais baixos.

Antes da reunião de Finanças, os projetos foram aprovados na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) da Casa, com uma emenda do deputado Waldemar Borges à proposta do PEF, excluindo da proposta as três questões que tratam de servidores públicos.

A matéria será votada na Comissão de Finanças na próxima semana. E seguirá toda a tramitação da Casa, antes de ser votada em plenário.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 07/08/2024

CODEBA INVESTE R\$ 10 MILHÕES PARA MODERNIZAR ACESSO A PORTOS BAIANOS

Câmeras com tecnologia OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres) vão aumentar a eficiência do registro de dados nos portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus, que são administrados pela Codeba

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Sistemas de iluminação avançados e sensores garantem maior segurança e precisão na movimentação de cargas e pessoas aos terminais da Codeba. Foto: Ascom Codeba/Divulgação

A Companhia de Docas da Bahia (Codeba) está investindo mais de R\$ 10 milhões em tecnologias nos portos de Salvador, Ilhéus e Aratu-Candeias, para aumentar a segurança e registro de dados. Os três ancoradouros movimentam mais de 12 milhões de toneladas anualmente.

As mudanças começaram a ser feitas ainda no final de 2023, com o propósito de agilizar e tornar mais seguras as operações e atendimentos na área, entretanto as inovações ainda estão em fase iniciais de testes.

Entre as medidas que serão implantadas nas docas baianas estão as câmeras com tecnologia de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), que possibilitam a identificação das placas dos veículos que entrarem no local e do número de contêineres transportados por cada um, com a



intenção de aumentar a segurança das docas tendo um maior controle de quem entra e sai, além de ter uma melhor captação de dados em relação às cargas.

Além disso, o projeto de modernização implantará sistemas de iluminação avançados e sensores que garantem maior segurança e precisão na movimentação de cargas e pessoas aos terminais. Também está sendo desenvolvido um sistema de reconhecimento facial e outros sistemas de segurança para proteger tanto o usuário quanto as operações.

Infraestrutura da Codeba

“As intervenções, que estão em andamento e em fase de teste, reforçam o compromisso da Codeba em aprimorar cada vez mais a infraestrutura portuária. Há muito tempo não se tinha tantos investimentos e ações voltadas para a modernização e eficiência operacional dos portos baianos”, diz o presidente da Autoridade Portuária da Bahia, Antonio Gobbo.

As exportações baianas em 2023 através dos três portos públicos da Codeba e de sete Terminais de Uso Privado (TUPs) chegaram a US\$ 11,3 bilhões. Destaque para produtos químicos e petroquímicos, soja, óleo combustível, celulose e frutas. Entre alguns destinos dos produtos da Bahia estão países como Singapura, EUA, China, Canadá e Alemanha.

*Com informações da Codeba

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 07/08/2024



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

PRÊMIO PORTOS + BRASIL SERÁ ENTREGUE NESTA QUARTA-FEIRA (7), EM BRASÍLIA

Nesta edição, o Ministério de Portos e Aeroportos entregará os troféus aos portos mais bem classificados em nove categorias

A 5ª edição do Prêmio Portos + Brasil ocorrerá nesta quarta-feira (7), em Brasília, e vai premiar os portos do país que mais se destacaram em categorias relacionadas à movimentação, resultados financeiros e boa gestão. Os troféus serão entregues pela Secretaria Nacional de Portos, do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

A novidade desta edição é a inclusão da categoria Igualdade de Gênero. Serão premiados os portos com maior participação de mulheres em seu quadro de colaboradores e em cargos de gestão executiva. Esta categoria está alinhada com a Agenda 2030 e, em especial, com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 – Igualdade de Gênero.

O Portos + Brasil é um evento anual que tem o objetivo de reconhecer os avanços conquistados pelos portos organizados e pelos Terminais de Uso Privado (TUPs) brasileiros em termos de melhoria na gestão e modernização dos portos. O prêmio também contribui para a criação de um banco de dados histórico do setor portuário brasileiro.

As categorias avaliadas são: crescimento da movimentação total dos portos públicos e das TUPs; crescimento da movimentação de granel sólido e granel líquido; crescimento da movimentação de contêineres e carga geral; categoria igualdade de gênero; ranking avanço Igap e ranking Igap.

Os resultados da premiação e as metodologias utilizadas para os cálculos serão disponibilizados no site do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) após a realização do evento.

Credenciamento

Os profissionais de comunicação interessados em cobrir o evento devem realizar o credenciamento pelo e-mail: ascom@mpor.gov.br. A mensagem deve incluir o nome e o veículo do profissional. O evento será transmitido pelo YouTube do MPor.

Serviço

O quê: Cerimônia de entrega do Prêmio “Portos + Brasil”

Quando: 07 de agosto de 2024, a partir das 19h

Local: Clube Naval de Brasília

Transmissão: YouTube do MPor:

<https://www.youtube.com/@mporoficial/streams>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 07/08/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

BRASIL E CHILE: NOVO ACORDO SIMPLIFICA CONVERSÃO DA CNH E TRAZ VANTAGENS PARA MAIS DE UM MILHÃO DE TURISTAS

Com novo acordo assinado por Lula, brasileiros residentes no Chile agora podem solicitar habilitação do país sem precisar de novos exames, e o mesmo passa a valer para chilenos que vivem no Brasil



O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi até a capital chilena, Santiago, para firmar 19 novos tratados com o presidente Gabriel Boric. FOTO: Ricardo Stuckert/PR

Rapidez, facilidade e menos burocracia. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi até a capital chilena, Santiago, para firmar 19 novos tratados com o presidente Gabriel Boric. Entre eles, foi assinado o Acordo para Reconhecimento Recíproco de Carteiras de Habilitação, que deixa bem mais fácil a conversão de habilitação para condutores de carro e moto para cidadãos dos dois países.

Durante a cerimônia de assinatura dos acordos, Lula enumerou alguns dos temas discutidos, muitos deles que atravessam as pautas de trânsito e infraestrutura. “Esta visita de Estado ao Chile é a renovação de uma parceria fundamental para integração. Comigo, veio uma comitiva de 14 ministros, debatemos cadeias de hidrogênio verde e veículos elétricos. Meu governo está empenhado em conectar toda a América do Sul por meio de cinco grandes rotas viárias, duas das quais incluem o Chile. Quase dobrou o fluxo de turistas entre nossos países no ano passado”, destacou o presidente da República.

Por ano, cerca de 600 mil turistas brasileiros atravessam a Cordilheira dos Andes para visitar o Chile. Por outro lado, em 2023, os chilenos foram a terceira nacionalidade com o maior número de turistas em terras tupiniquins. Segundo a Embratur, a chegada de chilenos ao Brasil atingiu o recorde no ano passado: 458,5 mil turistas. O presidente do Chile reconheceu que a visita com uma delegação de peso demonstra a importância do Chile para o Brasil. “E quero dizer que isso é recíproco. Terminamos um encontro que reflete nossa excelente relação bilateral”, avaliou Boric.

Regras para residentes

O novo acordo é exclusivo para quem teve a CHN emitida antes de conseguir o status de residente no território vizinho. Cumprida essa exigência, tanto os motoristas brasileiros no Chile quanto chilenos no Brasil poderão converter suas carteiras com procedimentos simplificados, conforme as legislações de cada país. A novidade elimina processos complexos, como a realização de exames teóricos e práticos. Mas alguns passos devem ser observados:



- * A carteira deve ser definitiva e estar em vigor, provisórias não serão aceitas;
- * O acordo não se aplica a condutores menores de 18 anos, ainda que com CNH definitiva;
- * Restrições e sanções previstas na carteira de habilitação original devem ser cumpridas, como uso de óculos ou lentes de contato corretivas, por exemplo;
- * O solicitante deve estar apto física e mentalmente de acordo com a legislação do país;
- * O processo inclui pagamento de taxas e outras formalidades administrativas de cada território.

Para garantir a segurança e a autenticidade dos documentos, o acordo também prevê mecanismos de consulta entre as autoridades de trânsito dos dois países.

Facilidade para turistas

Quem viaja a passeio também recebe facilidades. Agora, o cidadão maior de idade pode conduzir veículos temporariamente usando a CNH válida do país de origem, contanto que seja comprovada a permanência apenas para turismo. O acordo anterior limitava o uso da CNH por até 180 dias nesses casos. A permissão não se estende a carteiras de habilitação profissionais, utilizadas para fins comerciais ou trabalho remunerado.

Acordos com Portugal e Itália

Este é o terceiro acordo internacional que beneficia condutores brasileiros em menos de um ano. Durante 2023, o Ministro dos Transportes, Renan Filho, o Embaixador Brasileiro Raimundo Carneiro e o Ministro das Infraestruturas de Portugal, João Galamba, assinaram um acordo que possibilita o uso da CNH por brasileiros residentes em Portugal. Pelo princípio da reciprocidade, a mesma regra passa a valer para portugueses que residem no Brasil.

Já em julho deste ano, foi assinado um acordo com a Itália, estabelecendo facilidades para quem possui uma CNH válida e reside no país também solicitar a carta de habilitação de lá sem precisar passar pelo processo de aulas em autoescola ou realizar exames práticos e teóricos.

Assessoria Especial de Comunicação

Ministério dos Transportes

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 07/08/2024

APÓS DEZ ANOS DE ESPERA, POPULAÇÃO DE SANTA CATARINA RECEBE O CONTORNO VIÁRIO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS NESTA SEXTA-FEIRA (9)

Ao lado do presidente Lula, ministro Renan Filho participa da inauguração da obra, que irá revolucionar a mobilidade urbana da região

O ministro dos Transportes, Renan Filho, entrega nesta sexta-feira (9), ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Contorno Viário da Grande Florianópolis, em Santa Catarina.

A maior obra rodoviária recente do país conta com 50 quilômetros de extensão de pistas duplas, quatro túneis duplos e seis acessos por trevos. As obras foram executadas por meio do contrato de concessão com a Arteris. O investimento foi de R\$3,9 bilhões.

Participam ainda do evento o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale, e outras autoridades locais.

Cobertura da imprensa

Os profissionais de imprensa interessados em cobrir o evento devem se cadastrar até às 19h de quinta-feira (8), pelo link <https://www.gov.br/planalto/pt-br/credenciamento-de-imprensa/cobertura-de-viagens/credenciamento-para-a-viagem-do-senhor-presidente-da-republica-a-cidade-de-florianopolis-sc>



SERVIÇO

O quê: Inauguração do Contorno Viário de Florianópolis (BR-101)

Quando: Sexta-feira (9), às 10h

Local: Emboque sul do Túnel 2 do Contorno de Florianópolis - Km 38 da BR-101/SC

Assessoria Especial de Comunicação

Ministério dos Transportes

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 07/08/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM FUTURO SUSTENTÁVEL E TECNOLÓGICO PARA O AGRONEGÓCIO DO BRASIL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O agronegócio brasileiro, protagonista no cenário global da produção de alimentos, encontra-se diante de uma oportunidade única e desafiadora: atender à crescente demanda por terras cultiváveis nas próximas décadas. As estimativas da empresa de consultoria empresarial McKinsey & Company apontam para a necessidade de expandir a área agrícola em até 100 milhões de hectares, um número que impacta diretamente a segurança alimentar mundial.

No entanto, essa expansão da área agrícola não pode se dar à custa do desmatamento e da degradação ambiental. O Brasil, com sua vasta extensão territorial e rica biodiversidade, possui o desafio de conciliar o crescimento da produção com a preservação dos recursos naturais. Nesse contexto, a tecnologia surge como grande aliada.

A pesquisa da McKinsey revela que o agronegócio brasileiro está à frente na adoção de práticas sustentáveis, como o uso de biocontroladores e bioestimulantes, e a agricultura regenerativa. Essas práticas, aliadas à agricultura de precisão, automação e sensoriamento remoto, permitem otimizar a produção, reduzir o uso de insumos e minimizar os impactos ambientais.

A recuperação de áreas degradadas, por meio de tecnologias avançadas, se mostra como uma solução promissora para aumentar a área cultivável sem comprometer o meio ambiente. Ao investir em pesquisas e tecnologias inovadoras, o Brasil pode transformar áreas antes improdutivas em campos férteis, garantindo a segurança alimentar e contribuindo para a sustentabilidade do planeta.

É fundamental que o setor privado, o Governo e as instituições de pesquisa trabalhem em conjunto para fomentar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias sustentáveis no agronegócio. A criação de políticas públicas que incentivem a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação, além de oferecer linhas de crédito para investimentos em tecnologias limpas, são medidas essenciais para impulsionar esse processo.

O Brasil tem a oportunidade de liderar uma nova era na agricultura, combinando tradição e inovação. Ao investir em tecnologias sustentáveis e em práticas de produção responsáveis, o País poderá consolidar sua posição como um dos principais produtores de alimentos do mundo, garantindo a segurança alimentar e contribuindo para um futuro mais sustentável para todos.

Nesse cenário, o futuro do agronegócio brasileiro está ligado à sua capacidade de inovar e adotar práticas sustentáveis. Ao investir em tecnologias e em práticas de recuperação de áreas degradadas, o Brasil poderá atender à crescente demanda por alimentos, proteger o meio ambiente e garantir um futuro próspero para as próximas gerações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/08/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

INVESTIMENTO AÉREO 1

A Latam Airlines irá investir US\$ 2 bilhões no Brasil nos próximos dois anos. A medida foi anunciada pelo CEO do grupo, Roberto Alvo, em audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na última segunda-feira, durante viagem da autoridade ao Chile. Os recursos serão destinados ao desenvolvimento de produtos, tecnologias e serviços aos passageiros e em programas de qualificação de mão de obra, para utilizá-la no centro de manutenção de aeronaves da empresa em São Carlos (SP).

INVESTIMENTO AÉREO 2

O projeto de qualificação profissional está previsto em um protocolo de intenções que foi assinado pelo CEO da Latam Airlines Brasil, Jerome Cadier, e pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, durante a audiência dessa segunda-feira. Segundo a Latam, esse acordo prevê um trabalho técnico conjunto entre a Latam e o Ministério para explorar oportunidades de qualificação e emprego de mão de obra especializada no Brasil nos próximos meses. O centro de manutenção da companhia aérea de São Carlos reúne 1,8 mil profissionais, sendo responsável pelo atendimento de 60% da frota do grupo.

NO TOP 5 DA INOVAÇÃO 1

O Grupo Wilson Sons, um dos maiores operadores de logística portuária e marítima do Brasil, foi considerado, pelo segundo ano consecutivo, como uma das empresas mais inovadoras do País. De acordo com o Anuário Valor Inovação Brasil 2024, divulgado nessa terça-feira, dia 6, o grupo integra o top 5 do setor de transportes e logística - ficou na 4ª posição, subindo uma colocação em relação ao ranking 2023 - e está entre as 150 companhias com as melhores práticas de inovação no país. O levantamento foi realizado pela Strategy&, consultoria da PwC que, nesta edição, analisou 273 companhias de 25 setores.

NO TOP 5 DA INOVAÇÃO 2

A agenda de inovação da Wilson Sons tem como base parcerias com startups para o desenvolvimento de novos negócios digitais, a utilização de tecnologia para uma maior eficiência operacional e a busca por soluções para reduzir o impacto ambiental das atividades da empresa, reforçando sua sustentabilidade, explicou o diretor de transformação digital da Wilson Sons, Eduardo Valença. “Enxergamos a tecnologia como uma aliada essencial para impulsionar esses pilares, não só para melhorar os resultados financeiros e operacionais da Companhia, mas também para contribuir com o desenvolvimento da infraestrutura marítima e portuária do País”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/08/2024

NACIONAL - NO SENADO, BETO MARTINS QUER DEBATER LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Ex-secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias em Santa Catarina foi empossado como senador

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Beto Martins durante discurso no Plenário do Senado: parlamentar assume a vaga da senadora Ivete da Silveira (MDB-SC), que solicitou uma licença de 120 dias do cargo. Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

José Roberto Martins, conhecido popularmente como Beto Martins (PL-SC), tomou posse como senador na terça-feira, dia 6. Ele assume a vaga da senadora Ivete da Silveira (MDB-SC), que solicitou uma licença de 120 dias do cargo. Beto Martins foi conduzido à Mesa do Senado para prestar o compromisso regimental pelos senadores Marcos Rogério (PL-RO), Ireneu Orth

(PP-RS) e Laércio Oliveira (PP-SE).

Em seu primeiro discurso no Plenário do Senado, Beto Martins elogiou o trabalho do governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), e manifestou sua intenção de debater temas relacionados à economia, logística e infraestrutura.

“A logística é a espinha dorsal para o desenvolvimento econômico do país. Nossa competitividade internacional, ou talvez nossa falta de competitividade, está sempre atrelada ao famoso Custo Brasil. Se nossa agenda pudesse ser outra, na direção de um projeto em favor da Eficiência Brasil, seríamos, muito além do que já somos, uma grande potência mundial”, declarou.

Beto Martins destacou os investimentos realizados em portos, aeroportos e ferrovias durante sua atuação no Governo de Santa Catarina. Enfatizou a necessidade de se discutir a desburocratização do setor portuário. Ele também mencionou a importância de incentivar a privatização dos aeroportos e de desenvolver uma política pública e uma estratégia eficaz para o modal ferroviário, entre outros temas relevantes.



“Tenho vivência e convívio com o setor produtivo do meu estado e com entidades representativas de todo o país, das quais já participei como conselheiro, para afirmar de forma categórica que a logística é a espinha dorsal para o desenvolvimento econômico do país”, afirmou.

O senador Beto Martins e o presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos, no Senado, em Brasília (crédito: Divulgação)

Com mais de 30 anos de experiência no setor logístico, especialmente no portuário, Beto Martins também tem uma carreira consolidada na política. Ele já foi suplente de vereador, vereador, prefeito de Imbituba (SC) e secretário de estado em Santa Catarina por duas vezes. Primeiro como secretário de Turismo, Cultura e Esporte, e mais recentemente como secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/08/2024

NACIONAL - AGRO BRASILEIRO TEM POTENCIAL ATENDER DEMANDA GLOBAL POR TERRAS ATÉ 2030

Esmavas divulgadas em congresso apontam que o mundo precisará de cerca de 70 a 80 milhões de hectares daqui a seis anos

Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebenews.com.br

O agronegócio brasileiro tem o maior potencial para atender à demanda por terras até 2030, por meio de tecnologias para recuperação de áreas degradadas.

De acordo com esmavas da Mckinsey & Company, divulgadas no 23º Congresso Brasileiro do Agronegócio, o mundo precisará de cerca de 70 a 80 milhões de hectares daqui a seis anos, dependendo dos efeitos advindos das mudanças climáticas, que podem aumentar a demanda por área para mais de 100 milhões de hectares. O evento é uma realização da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), em parceria com aB3, a bolsa de valores do Brasil.

“Esse montante equivale quase ao que o Brasil tem hoje de terra plantada. Historicamente, isso já foi feito no passado, por meio da supressão vegetal. Hoje, a realidade é outra: precisamos reflorestar e para suprir essa necessidade, existem outras alavancas”, disse o sócio-sênior e líder global de Agricultura da Mckinsey & Company, Nelson Ferreira.

Uma pesquisa da consultoria com produtores agrícolas de todo o mundo revelou que o agro brasileiro está na vanguarda na adoção de produtos de biocontrole e bioestimulantes, e de práticas

de agricultura regenerava, e que tem potencial de crescer na agricultura de precisão, automação e sensoriamento remoto.

Biomassa

Outro ponto tratado por Ferreira foi o potencial brasileiro com as soluções de biomassa para 2030, com cerca de US\$ 25 bilhões, e em 2040, com US\$ 61 bilhões. A seu ver, é necessário discutir qual o papel do Brasil nessas tecnologias, pois o agronegócio pode agregar valor, além da questão dos alimentos, por meio de novos produtos, como no caso da biorrefinaria, sempre de forma integrada e sustentável.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/08/2024

REGIÃO SUDESTE - CONGRESSO REÚNE AUTORIDADES DO SETOR JURÍDICO E PORTUÁRIO

Promovida pela Associação Brasileira de Direito Marítimo, quarta edição do evento acontece em Santos

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



O congresso entra em sua oitava edição, mas é o quarto consecutivo no formato de painéis de discussão, reunindo os temas mais relevantes do setor de direito marítimo e portuário

Nestas quinta e sexta-feira (8 e 9), a cidade de Santos, no litoral paulista, receberá o VIII Congresso de Direito Marítimo e Portuário, evento de debates e discussões promovido pela Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM).

Durante os dois dias do evento, as principais autoridades do setor vão se reunir para debater os

assuntos mais quentes e importantes voltados à judicialização do setor portuário, bem como as principais demandas e desafios do segmento.

Em 2024, o Congresso entra em sua oitava edição, sendo que é o quarto consecutivo no formato de painéis de discussão, reunindo os temas mais relevantes do setor de direito marítimo e portuário.

“Nossa expectativa é a melhor possível. Nos dois dias de evento, as inscrições se esgotaram rapidamente. A expectativa é alta devido ao conteúdo e também das presenças confirmadas na programação de painéis. Queremos torná-lo ainda melhor do que foram as últimas edições, muito em razão do conteúdo e do público que aderiu”, disse Marcelo Sammarco, advogado especializado no setor portuário e vice-presidente da ABDM.

O evento, prioritariamente voltado para o setor jurídico, também terá temas que são assuntos de interesse para os players do setor. Segundo Sammarco, a divisão dos painéis tem por objetivo mesclar as discussões jurídicas com os temas de relevância do setor marítimo.

“As discussões jurídicas e, principalmente, regulatórias, acabam de alguma maneira impactando as atividades dos players desse segmento. Dentro da divisão dos painéis procuramos sempre trazer temas que sejam relevantes, mas que tenham um interesse da rotina do dia-dia dos players que exploram as atividades, tanto na navegação, como também na infraestrutura portuária”, explicou.

Entre os temas destacados por Sammarco estão: atuação do Ceportos, a comissão de juristas instalada pela Câmara Federal que está debruçada no trabalho de revisão da legislação do marco regulatório portuário brasileiro; desburocratização da infraestrutura portuária visando a alavancagem de investimentos; influência dos eventos climáticos no setor e nas operações portuárias; acessos aos portos brasileiros que vem gerando diversos gargalos.

“Nosso ambiente é dinâmico, possui uma gama de discussões de alta relevância, então a grande dificuldade no primeiro momento é escolher quais temas que vão ficar de fora. Nós conseguimos, através da comissão formada pela ABDPM e nossos parceiros, definir a programação. Conseguimos focar em temas centrais que estão na pauta do dia, na agenda do setor”, comentou.

Entre as autoridades confirmadas estão Mariana Pescatori, secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Alex Ávila, secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Jorge Messias, Advogado Geral da União (AGU) e Paulo Sérgio Domingues, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O VIII Congresso Brasileiro de Direito Marítimo e Portuário da ABDPM será realizado no Hotel Sheraton.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 07/08/2024

NACIONAL - ABDPM CONCLUI ESTUDOS PARA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO DE PORTOS

Entidade estima que os trabalhos serão entregues à comissão de juristas da Câmara até o próximo dia 19

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redebnews.com.br



A Ceportos foi instalada na Câmara dos Deputados em março deste ano para elaborar um projeto de lei que moderniza a atual legislação dos Portos. O colegiado é composto por parlamentares, especialistas e autoridades do judiciário. Foto: Arquivo BE News

A Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo (ABDPM) concluiu na terça-feira, 6, os estudos e sugestões para alteração legislativa a serem encaminhados à Comissão de Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias da Câmara dos Deputados (Ceportos). A expectativa de

entrega do documento para o colegiado é para o dia 19 de agosto.

Ouvido pelo BE News em Brasília (DF), o presidente da ABDPM, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Guilherme Caputo Bastos, ressaltou a importância do estudo. “É um dia muito marcante para a Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo, porque nós acabamos de concluir um hercúleo trabalho de acadêmico, de construção [...] vamos oferecer à Comissão de Portos um auxílio, uma proposta e talvez uma visão diferente da lei em alguns aspectos, sempre aproveitando todos os conceitos, tudo o que já foi criado mesmo por pessoas tão dedicadas”, disse.

“É um trabalho que nos orgulha porque foram quase 100 horas dedicadas exclusivamente à confecção deste trabalho fora, evidentemente, as horas que estivemos individualmente. Realmente cada um no seu ambiente, produzindo as ideias que seriam levadas ao coletivo, aos colegas em cada subgrupo deste trabalho”, concluiu Caputo Bastos.

A Ceportos foi instalada na Câmara dos Deputados em março deste ano para elaborar um projeto de lei que moderniza a atual legislação dos Portos. O colegiado é composto por parlamentares, especialistas e autoridades do judiciário. O presidente é o ministro do TST, Douglas Alencar Rodrigues e o relator é o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, Celso Ricardo Peel.

A Ceportos teve os trabalhos prorrogados por mais 90 dias em junho, mas ainda não há expectativa para a entrega da sugestão do projeto de lei para a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Após a conclusão dos trabalhos na Comissão, o texto precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para depois ser analisado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 07/08/2024

REGIÃO NORDESTE - EMPRESAS ASSINAM ACORDO PARA VIABILIZAR TERMINAL DE GÁS NATURAL EM SUAPE

Ideia é desenvolver um terminal de regaseificação, algo inédito no Estado
Por JÚNIOR BATISTA junior.basta@redebenews.com.br



O levantamento apontará o que será necessário para conectar o terminal no Porto de Suape ao sistema de transporte de gás natural. Foto: Divulgação

A OnCorp e a Transportadora Associada de Gás (TAG) assinaram um acordo de cooperação para efetuar estudos visando criar o primeiro Terminal de Regaseificação no Porto de Suape, em Pernambuco. O levantamento apontará o que será necessário para conectar o terminal ao sistema de transporte de gás natural. A ideia é

que o empreendimento seja estratégico para o desenvolvimento energético do Nordeste.

A implantação do terminal envolve o afretamento de uma Floating ShipRegaseification Unit (FSRU), navio indústria, que viabilizará mais uma entrada de Gás Natural Liquefeito no país a partir do Estado de Pernambuco, unidade da federação que não possui potencial de produção onshore ou offshore de gás.

Segundo a OnCorp, além dos benefícios diretos à segurança energética de Pernambuco, o Terminal terá um impacto econômico positivo para a economia pernambucana, com a criação de empregos durante a fase de construção e de postos permanentes quando em operação. O projeto também contribui para diversificar a oferta de gás na região, estimulando a competitividade à indústria local.

O diretor-presidente da OnCorp, João Mattos, destacou a importância do projeto. “A assinatura do TC com a TAG tem uma simbologia única de ser o primeiro Terminal privado a nascer já com uma conexão com a rede de transporte”, afirmou.

A assinatura do termo de compromisso com a TAG marca uma etapa crucial no cronograma do projeto, reforçando o compromisso do empreendimento com a integração à rede nacional de transporte de gás natural.

“Para se alcançar o mercado maduro e com liquidez preconizado na Nova Lei do Gás, as fontes de suprimento de gás devem estar conectadas ao sistema de transporte permitindo que essa molécula esteja disponível para todo o mercado brasileiro. A realização dos estudos de conexão do terminal é a primeira etapa para essa conexão”, ressaltou a Diretora de Desenvolvimento de Novos Negócios da TAG, Luisa Franca.

A Transportadora já possui cerca de 300 km de gasodutos em operação no Estado de Pernambuco, atendendo ao fornecimento do gás natural à companhia distribuidora local e indústrias em geral.

Segunda fase

De acordo com a OnCorp, a segunda fase da recuperação completa do Cais de Múltiplo Uso (CMU) do Porto de Suape será iniciada em Setembro mediante o investimento de R\$ 60 milhões, havendo a completa substituição de placas nos banzos inferior e superior. O desembolso total no terminal está estimado em R\$ 2 bilhões, contemplando parcelas de Capex e Opex, com a participação da Shell como cliente âncora.

O Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de PE, Guilherme Cavalcanti comemorou a assinatura de termo de compromisso com a TAG. “A consolidação da infraestrutura de gás em Pernambuco é passo fundamental na nossa estratégia de transição energética e competitividade do estado. O TC entre a OnCorp e TAG é um marco a ser celebrado e uma vitória de todos os pernambucanos”, concluiu.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 07/08/2024

REGIÃO SUL - TECON RIO GRANDE DÁ INÍCIO A SERVIÇO LIGANDO O CONE SUL À ÁSIA

Diretor-presidente do terminal operado pela Wilson Sons fala ao BE News sobre a importância da nova rota

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redenenews.com.br



O Far East-India-Latin America Service teve início com a partida da embarcação Hyundai Grace do porto sul-coreano de Busan, em abril, chegando ao Tecon Rio Grande em maio. Foto: Divulgação/Wilson Sons

O Tecon Rio Grande, terminal operado pela Wilson Sons no sul do país, deu início ao serviço semanal Far East-India-Latin America Service (FIL), que conecta diretamente a área denominada Cone Sul com a Ásia. O serviço é fruto de uma parceria da

Wilson Sons com a Hyundai Merchant Marine (HMM) e com a Bengal Tiger Line (BTL), que classifica o terminal de contêineres como um hub da região.

O BE News conversou com o diretor-presidente do Tecon Rio Grande, Paulo Bertinetti, que classificou o novo serviço como muito importante para a região Sul e países do Mercosul pela ligação direta com o mercado asiático, bem como a produção de custos do serviço.

O FIL envolve a integração de um serviço feeder, projetado para a transferência ágil de cargas entre portos menores e um terminal concentrador, neste caso o Tecon Rio Grande, com uma rota direta e otimizada entre a Ásia e a América do Sul.

Segundo anunciou a Wilson Sons, a operação teve início com a partida da embarcação Hyundai Grace do porto sul-coreano de Busan, em abril, chegando em Rio Grande no mês de maio.

Segundo Bertinetti, o serviço se coloca como uma importante solução para os grandes armadores, que procuram os principais portos do mundo com bom calado, para receber seus navios com capacidade máxima.

“Nosso foco não é buscar cargas dos outros portos, e sim fazer um trabalho que a gente possa somar, com nosso calado, com equipamentos maiores e com condição de receber grandes navios, consequentemente concentrar a carga de Buenos Aires (Argentina) e Montevideu (Uruguai)”, explicou.

Entre os benefícios, conforme explicou o executivo da Wilson Sons, refere-se a escala direta da Ásia com um terminal em Rio Grande, e o tempo de trânsito mais rápido, uma vez que os navios grandes deixam de ir aos portos do Mercosul, que carecem de boa infraestrutura portuária, mas são alimentados pelo serviço feeder e continuam com a sua produtividade e movimentação de cargas.

“A cada semana o serviço escala duas vezes o mesmo porto, com o navio da HMM, vindo a Rio Grande como o primeiro porto. Ela só faz uma escala em cada porto brasileiro, então deixa de ir a Montevideu e Buenos Aires com os grandes navios. Ela é alimentada por um serviço feeder, com a

Bengal Tiger. E aí, a carga do Prata vem e vai de Rio Grande sem ter que ir nos portos com menor calado”, explicou.

A Wilson Sons informou que, até o momento, o serviço FIL já realizou um total de nove escalas no Tecon Rio Grande. Foram movimentados 10.584 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés).

“Quando se vê a conclusão do projeto com o acontecimento dele, com um retorno do mercado com satisfação, para nós é tipo missão cumprida. Estamos levando isso para outros mercados, outros armadores, justamente para mostrar que não concorremos com os outros portos, nós somamos com as nossas condições para todas ganharem alguma coisa”, celebrou o executivo.



O diretor-presidente do Tecon, Paulo Berne, classificou o serviço como muito importante para a região Sul e os países do Mercosul pela ligação direta com o mercado asiático. Foto: Divulgação/Wilson Sons

Mercado asiático

Bertinetti destacou o grande e importante crescimento no mercado asiático, que se desenvolveu bastante entre exportações e importações. Os países do continente asiático também têm olhado com atenção especial para o mercado brasileiro.

“A gente sempre trabalhou muito com soja para a China, e o contêiner começou alguns anos depois. Naquela região toda houve um crescimento muito grande e a própria Coreia (do Sul) é um exemplo disso. Eles são fortes na indústria e nós somos bons importadores de produtos modernos que são da Ásia. Então, conseqüentemente, a gente tem uma ligação comercial hoje bastante forte”, comentou.

Com o serviço FIL, o Tecon agora tem ligação com a Índia. Os acordos comerciais, com produção de custo, deixam o Rio Grande do Sul em uma importante posição estratégica comercial.

“Esse serviço direto com a Ásia veio para somar. Nós agora temos uma escala na Índia que o Rio Grande antes não tinha. E aí estamos falando de madeira para a Índia, que é muito importante. Nós temos fábricas de tratores aqui no estado, que são da Índia, que conseqüentemente vai ter uma ligação com componentes. Isso tudo soma da melhor do comércio do Rio Grande do Sul”, analisou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/08/2024

REGIÃO SUDESTE - RJ TERÁ OPERAÇÃO DE ABASTECIMENTO EM ÁREA DE FUNDEIO

Em nova parceria, Bunker One e Acelen lançam operação em Sepetiba

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa.pimentel@redebenews.com.br



A possibilidade de abastecer sem atracação é uma alternativa logística mais eficiente, pois permite que o fornecimento de combustível não interfira nas operações de carga e descarga nos terminais, otimizando o tempo de espera no porto. Foto: Divulgação

A Bunker One e a Acelen iniciam neste mês a segunda operação de abastecimento em área de fundeio externo no Brasil, ampliando a parceria estratégica iniciada em setembro passado na região da Baía de São Marcos (MA), próximo ao Porto do Itaqui.

Ainda em agosto, embarcações poderão abastecer no fundeio externo de Sepetiba (RJ), um movimentado corredor estratégico para a maioria das rotas marítimas que passam pelo Atlântico Sul,

localizado entre os portos do Rio de Janeiro e de Santos. A expectativa é de fornecimento de 20 mil toneladas de bunker por mês em Sepetiba.

Além de graneleiros e grandes cargueiros, o segmento de óleo e gás deve ser um dos beneficiados por esse novo serviço, já que alguns dos principais campos de petróleo da Bacia de Santos são próximos a Sepetiba.

A possibilidade de abastecer sem atracação é uma alternativa logística mais eficiente, pois permite que o fornecimento de combustível não interfira nas operações de carga e descarga nos terminais, otimizando o tempo de espera no porto.

As embarcações também poderão optar pelo chamado Bunker Only Call, quando o navio se direciona àquela localidade apenas para abastecer. Essa possibilidade permite que as operações de bunkering ocorram com mais agilidade, evitando a entrada no porto e reduzindo custos de atracação e taxas portuárias. A opção é especialmente recomendada à cadeia logística offshore, que ganhará mais tempo em suas atividades.

“A costa leste da América do Sul, onde está Sepetiba, é uma área de muita atividade, e a nova operação proporcionará mais alternativas aos nossos clientes que transitam pela região. A nossa parceria com a Acelen continuará a se fortalecer, apoiando o crescimento da indústria de bunkering no Brasil”, afirma Flavio Ribeiro, CEO da Bunker One Brasil.

Para a Acelen, a ampliação dessa parceria comprova o sucesso da operação. “O bunker oil é um importante produto do nosso portfólio, o qual atende a todas as regulamentações internacionais e nacionais, como a IMO 2020, que limitou o teor de enxofre nos combustíveis marítimos a 0,5% em massa”, ressalta o vice-presidente Comercial, Trading e Shipping da Acelen, Cristiano da Costa.

A operação em Sepetiba reforça a parceria entre Bunker One e Acelen, confirmando o êxito do modelo de fornecimento de bunker por meio de navios-tanque e a aceitação desse tipo de abastecimento pelo mercado.

Com o recente anúncio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que vai alterar a Resolução 903 para incluir a comercialização de biodiesel marítimo até 24%, as duas empresas também se preparam para disponibilizar uma mistura com biocombustíveis em um futuro próximo.

A Bunker One é líder na comercialização de combustíveis marítimos e a Acelen é a maior refinaria produtora desse tipo de combustível no país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/08/2024

PORTO DE SANTOS - PORTOCEL RECEBE PRIMEIRA CARGA NO TERMINAL T32 EM SANTOS

Unidade recebeu 60 vagões de celulose vindos do Centro-Oeste e do interior de São Paulo

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



Desde julho, a Portocel passou a atuar também no Porto de Santos, como operador portuário do T32. Divulgação/Portocel

A Portocel, operadora logística e portuária, recebeu no último domingo, 4 de agosto, a primeira carga no terminal da Suzano (T32) no Porto de Santos (SP). Ao todo, foram 60 vagões de celulose vindos do Centro-Oeste e do interior de São Paulo, que chegaram por meio da ferrovia que corta o terminal.

A Portocel, que mantém um porto privado no município de Aracruz, no Espírito Santo, com capacidade para embarcar 7,5 milhões de toneladas por ano de diferentes produtos, incluindo celulose, rochas, produtos siderúrgicos, cargas de projeto e veículo, realizou seu primeiro recebimento desde que começou operar o T32 em Santos, em julho deste ano, a primeira unidade da empresa fora do estado capixaba.

O T32 passou por uma reforma que ampliou sua capacidade de armazenagem em cerca de 7 mil m² e adicionou mais quatro linhas à sua malha ferroviária. Com dois pórticos para descarregamento, a estrutura tem capacidade para 44 vagões com descargas simultâneas.

Desde julho, a Portocel passou a atuar também no Porto de Santos, como operador portuário do T32. A empresa de logística portuária é controlada pela Suzano e Cenibra, do setor de celulose e papel.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 07/08/2024



BAHIA ECONÔMICA - BA

STF PRORROGA POR 45 DIAS CONCILIAÇÃO SOBRE VOTO DA UNIÃO NA ELETROBRAS

Por Victoria Isabel - 07/08/2024 13:15



O ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu prorrogar por mais 45 dias a tentativa de conciliação entre a União e a Eletrobras, sobre a participação do governo federal no Conselho de Administração após a privatização da companhia.

Marques atendeu a pedidos da Advocacia-Geral da União (AGU) e da própria Eletrobras, feitos na semana passada. É a segunda vez que o ministro prorroga o prazo para a conciliação. Em dezembro, ele enviou o caso para a Câmara de Mediação e de Conciliação da

Administração Federal (CCAF), com prazo inicial de 90 dias. Em abril, foram dados mais 90 dias.

Ao conceder uma segunda prorrogação, Marques frisou “a complexidade da controvérsia, cujo desfecho impactará significativamente a ordem econômico-social” e que “cumprir assegurar o desfecho das tratativas de conciliação, a fim de promover a segurança jurídica e o interesse público”.

Em seus pedidos, governo e Eletrobras informaram ao Supremo que as negociações encontram-se em fase conclusiva. As discussões envolvem uma ampliação das cadeiras da União no Conselho de Administração e o adiantamento de recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético. Outra proposta na mesa envolve a venda de participação da companhia na Eletronuclear.

Em fato relevante divulgado ao mercado em 31 de julho, a empresa também informou que o acordo final com a AGU deverá ser submetido aos conselhos da companhia, conforme determinam o estatuto da empresa e a Lei 6.404, de 1976, conhecida como Lei das S/A.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 07/08/2024

PROJETO QUE OBRIGA GOVERNOS A DETALHAR GASTOS COM CARTÕES CORPORATIVOS É APROVADO PELA CCJ DO SENADO

Por João Paulo - 07/08/2024 13:00 - Atualizado 07/08/2024



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira (17) um projeto que obriga o Poder Público a divulgar a íntegra de gastos e notas fiscais de cartões corporativos de órgãos públicos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário em todo o país. O texto estabelece como dever dos órgãos e entidades públicas a divulgação, em local de fácil acesso, dos dados referentes aos cartões corporativos concedidos a servidores. A obrigação, prevista no

projeto, será incluída na Lei de Acesso à Informação (LAI) e estará sujeita aos critérios e penalizações existentes. A proposta já tinha sido aprovada em julho, mas precisou passar por uma nova votação por questões regimentais.

Agora, com a aprovação em definitivo, o texto seguirá para a análise da Câmara dos Deputados — a menos que haja recurso para levar o tema ao plenário principal do Senado. Segundo o projeto, os órgãos públicos deverão publicar as descrições integrais de: valores sacados por servidores; faturas dos cartões corporativos; notas fiscais e demonstrativos de prestação e aprovação das contas. A proposta estabelece, ainda, que não poderão ser classificadas como sigilosas as despesas de caráter pessoal, como os gastos com alimentação, bebida, telefone, restaurante e hospedagem.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 07/08/2024

NOVA PARCERIA: BUNKER ONE E ACELEN LANÇAM OPERAÇÃO EM FUNDEIO EXTERNO DE SEPETIBA

Por João Paulo - 07/08/2024 10:00 - Atualizado 07/08/2024



A Bunker One, líder na comercialização de bunker (combustíveis marítimos), e a Acelen, empresa de energia e maior refinaria produtora desse tipo de combustível no país, dão início neste mês à segunda operação de abastecimento em área de fundeio externo no Brasil, ampliando a parceria estratégica iniciada em setembro passado na região da Baía de São Marcos (MA). A partir de meados de agosto, embarcações poderão abastecer no fundeio externo de Sepetiba (RJ), um movimentado corredor estratégico para a maioria das rotas marítimas que passam pelo Atlântico Sul, localizado entre

os portos do Rio de Janeiro e de Santos.

A possibilidade de abastecer sem atracação é uma alternativa logística atraente e eficiente, pois permite que o fornecimento de combustível não interfira nas operações de carga e descarga nos terminais, otimizando o tempo de espera no porto. Além de graneleiros e grandes cargueiros, o segmento de óleo e gás deve ser um dos beneficiados por esse novo serviço, já que alguns dos principais campos de petróleo da Bacia de Santos são próximos a Sepetiba.

As embarcações também poderão optar pelo chamado Bunker Only Call, quando o navio se direciona àquela localidade apenas para abastecer. Essa possibilidade permite que as operações de bunkering ocorram com mais agilidade, evitando a entrada no porto e reduzindo custos de atracação e taxas portuárias. A opção é especialmente recomendada à cadeia logística offshore, que ganhará mais tempo em suas atividades.

“Expandir nossa operação para a região Sudeste é um passo natural do nosso recente sucesso na área do Porto do Itaqui (MA), onde fornecemos aos armadores uma fonte confiável de abastecimento em uma rota extremamente movimentada, com serviço de excelência pelo qual nosso grupo é

conhecido. A costa leste da América do Sul, onde está Sepetiba, é uma área de muita atividade, e a nova operação proporcionará mais alternativas aos nossos clientes que transitam pela região. A nossa parceria com a Acelen continuará a se fortalecer, apoiando o crescimento da indústria de bunkering no Brasil”, afirma Flavio Ribeiro, CEO da Bunker One Brasil.

Para a Acelen, a ampliação desta parceria comprova o sucesso da operação e reafirma o compromisso da companhia com o fornecimento do combustível em regime permanente e em amplo crescimento. “O bunker oil é um importante produto do nosso portfólio, o qual atende a todas as regulamentações internacionais e nacionais, como a IMO 2020, que limitou o teor de enxofre nos combustíveis marítimos a 0,5% em massa. Somos a maior refinaria fabricante de óleo combustível marítimo (bunker oil) no país e seguiremos contribuindo para o surgimento de novos negócios, movimentando assim, a economia do estado”, ressalta o vice-presidente Comercial, Trading e Shipping da Acelen, Cristiano da Costa.

A operação em Sepetiba reforça a parceria entre Bunker One e Acelen, confirmando o êxito do modelo de fornecimento de bunker por meio de navios-tanque e a aceitação desse tipo de abastecimento pelo mercado. A expectativa é de fornecimento de 20 mil toneladas de bunker por mês em Sepetiba. Com o recente anúncio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que vai alterar a Resolução 903 para incluir a comercialização de biodiesel marítimo até 24%, as duas empresas também se preparam para disponibilizar uma mistura com biocombustíveis em um futuro próximo.

Fonte: *Bahia Econômica*

Data: 07/08/2024

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 7,6 BILHÕES EM JULHO

Por Victoria Isabel - 07/08/2024 09:15



A balança comercial brasileira encerrou julho com superávit de US\$ 7,6 bilhões, informou nesta quinta-feira (6), em Brasília, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O resultado representa queda de 6,6% no saldo das operações em relação a julho de 2023, quando o superávit foi de US\$ 8,2 bilhões.

Os dados mostram que as exportações brasileiras atingiram um recorde no mês porque somaram US\$ 30,9 bilhões, impulsionadas por itens da agricultura – soja e café –, indústria extrativa – minério de ferro – e indústria de transformação – especialmente açúcares, carne bovina e aço. As importações também subiram em relação a julho de 2023, com destaque para os bens de capital, resultando em uma corrente comercial de cerca de US\$ 54,2 bilhões.

De acordo com o MDIC, o Brasil alcançou US\$ 198,2 bilhões em exportações no acumulado do ano, crescimento de 2,4% em relação aos sete primeiros meses de 2023; e US\$ 148,6 bilhões nas importações, o que significa aumento de 5,6%.

Expansão

Quanto ao destino das exportações, os destaques do mês foram a União Europeia, China e Estados Unidos, com expansão de 20%, 16,3% e 15,3%, respectivamente. Com a crise econômica na Argentina, as vendas para o país vizinho seguiram em queda no mês passado.

Para diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do MDIC, Herlon Brandão, o ano de 2024 vem apresentando uma exportação bastante estável, diferentemente de 2023, quando as vendas oscilaram mais no primeiro semestre.

“Isso é uma característica do volume, pois este ano a exportação tem crescido impulsionada pelo volume. E os preços em geral estão em queda. A previsão para o ano é crescer. A gente espera fechar 2024 com um crescimento de 1,7% nas exportações brasileiras”, disse.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 07/08/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

IBL PRESTIGIA POSSE DO SENADOR BETO MARTINS

Informações: IBL (07 de agosto de 2024)



Foto: IBL

O Instituto Brasil Logística (IBL) participou, nesta terça-feira (06), da cerimônia de posse do cargo de senador por José Roberto Martins, suplente da senadora Ivete Silveira, que se licenciou do mandato.

Representaram o instituto o presidente Ricardo Molitzas; o diretor Augusto Wagner; os conselheiros Jesualdo Conceição e Carley Welter; e a coordenadora de relações governamentais e institucionais, Bruna Nascimento.

Parceiro do IBL e empresário do setor de logística, Beto Martins foi vereador e prefeito de Imbituba (SC) e, até assumir o mandato, era secretário de Portos e Aeroportos de Santa Catarina.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 07/08/2024

CONEXÃO SOPESP: CARLOS MOREIRA COUTO, GERENTE DE LOGÍSTICA E COMERCIAL DO TES DESTACA OS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO TERMINAL E AS PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2024

Informações: Conexão SOPESP (07 de agosto de 2024)

No Programa Conexão SOPESP desta terça-feira, 06 de agosto, Vanessa Martins e Ricardo Molitzas recebem Carlos Moreira Couto Junior, Gerente de Logística e Comercial do TES.

Em entrevista exclusiva, Carlos Moreira Couto Junior destacou os investimentos realizados no terminal, as perspectivas para o ano de 2024 e fez uma análise dos projetos inovadores que estão transformando o setor portuário.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 07/08/2024

BRASIL E CHILE UNEM FORÇAS PARA IMPULSIONAR O COMÉRCIO EXTERIOR FEMININO

Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (07 de agosto de 2024)

Seminário realizado nesta terça (6) é parte da Jornada Exportadora, que levou 16 empreendedoras brasileiras a Santiago, no Chile, para atividades que fortaleçam a participação das empreendedoras no mercado internacional

O Brasil realiza, desde segunda-feira (5/8) até a próxima quarta (7/8) a Jornada Exportadora, uma missão inédita e exclusivamente feminina para fortalecer a participação das mulheres no comércio exterior. Nesta terça, durante seminário “Chile-Brasil – Mulheres Conectando Fronteiras”, realizado em Santiago, empreendedoras e representantes dos dois países reafirmaram a importância de políticas públicas que promovem a igualdade de gênero no comércio internacional.



A Jornada Exportadora, promovida pela ApexBrasil, tem neste ano parceria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços (MDIC). A edição beneficia, entre as 16 empreendedoras enviadas ao Chile, participantes da segunda edição do programa Elas Exportam, concluída em junho passado.

Na abertura do seminário, a diretora do Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços Janaína Silva, do Departamento de Promoção das Exportações e Facilitação do Comércio da Secretaria de Comércio Exterior, destacou o papel crucial do acordo de livre comércio entre Brasil e Chile celebrado há dois anos, o primeiro a incluir um capítulo dedicado exclusivamente ao tema de mulheres e comércio internacional.

“Os dois países reconhecem a necessidade de melhorar o acesso das mulheres às oportunidades comerciais e remover os obstáculos em seus países. E a implementação desse acordo é de grande importância para o Brasil”, afirmou.

Ela citou o programa Elas Exportam, coordenado pelo MDIC, e o Mulheres e Negócios Internacionais, da ApexBrasil, como exemplos para auxiliar as empreendedoras a acessar o mercado internacional. Do lado do Chile, mencionou o programa Mujer Exporta, com o mesmo propósito.

“Essas iniciativas refletem a importância que os dois países, Brasil e Chile, têm dado para essa agenda e a troca de informações sobre esses programas certamente nos ajudará a avançar cada vez mais.”

O presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, celebrou o crescimento do número de empresas lideradas por mulheres atendidas pela Agência, que alcançou 2.400 no primeiro semestre de 2024. Ele ressaltou a importância de políticas de gênero para diversificar as exportações e ampliar as oportunidades para as mulheres empreendedoras.

Ana Repezza, diretora de Negócios da ApexBrasil, responsável pela organização do seminário, enfatizou o impacto positivo das empresas lideradas por mulheres na economia, gerando mais empregos, renda e desenvolvimento. Ela também destacou a importância da Jornada Exportadora, um programa que conecta empreendedoras experientes a mulheres que estão iniciando sua trajetória no comércio exterior.

Os participantes também abordaram a adesão do Brasil ao Arranjo Global sobre Comércio e Gênero (JTAGA), em fevereiro deste ano, como uma importante demonstração do compromisso do país com a temática.

Cases de exportadoras — Em uma mesa redonda sobre casos de sucesso de exportadoras no comércio bilateral, empresárias brasileiras que exportam para o Chile e empresárias chilenas que exportam para o Brasil compartilharam desafios enfrentados e experiências de êxito.

As empreendedoras falaram sobre suas experiências para acessar o comércio exterior, incluindo desafios enfrentados e estratégias adotadas. As empreendedoras também falaram sobre os fatores cruciais para o sucesso de seus negócios e deram conselhos para as mulheres que estão começando.

A agenda da Jornada Exportadora segue nesta quarta-feira (7/8), com uma rodada de negócios com as empreendedoras.

O seminário foi realizado paralelamente à visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Chile e tratou das políticas de inserção das mulheres no comércio exterior – tema incluído em acordos e memorandos de entendimentos assinados pelo Brasil.

A programação foi organizada em conjunto pela ApexBrasil, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o ProChile e a Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 07/08/2024

EDITAL PARA VTMS NO PORTO DE SANTOS TEM PREVISÃO DE SER PUBLICADO EM OUTUBRO

Informações: Autoridade Portuária de Santos (07 de agosto de 2024)



Presidente da APS, Anderson Pomini, lembra que sistema trará mais eficiência e segurança – Foto: APS

Após espera de dez anos, o Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações (VTMIS, na sigla em inglês) do Porto de Santos será implementado, afirmou o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini. “O sistema é necessário para que a APS realize o controle das manobras de entrada e saída dos navios e do tráfego de embarcações com maior eficiência e segurança”.

Hoje o serviço é realizado pela Praticagem em coordenação com a APS que, em breve, assumirá o monitoramento dos navios, atendendo exigência do Tribunal de Contas da União (TCU).

A atuação da Fundação Ezute, para auxiliar a APS no planejamento e condução do procedimento licitatório, resultará na contratação de empresa para a implantação do VTMIS do Porto de Santos. “A previsão é publicar o edital de licitação no mês de outubro deste ano, com o objetivo de selecionar uma integradora e assinar contrato de implementação do sistema a partir do 2º trimestre de 2025”, destaca Claudia Tocantins, Gerente de Projetos da Fundação Ezute.

Segundo o gestor do VTMIS da APS, comandante Carlos Marden Soares Pereira da Silva, “a última pendência necessária para divulgação do edital este ano foi concluída dia 1º de agosto, com a autorização das dispensas de licenciamento ambiental por parte da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)”.

Marden destaca, ainda, os esforços da APS para utilização dos terrenos onde serão instaladas as estações radar, a solicitação das dispensas ambientais pelo órgão estadual competente e a concessão da licença de implantação pela Marinha do Brasil.

Em tempo real

O VTMIS é um sistema de auxílio eletrônico à navegação, capaz para prover o monitoramento ativo, em tempo real, do tráfego aquaviário. O sistema é uma ferramenta de gerenciamento e compartilhamento de dados e promove a integração de um grande volume de informações provenientes de dispositivos e sensores. O objetivo é garantir a segurança e eficiência da navegação e das operações portuárias, a salvaguarda da vida humana no mar e a proteção ao meio ambiente nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções.

O gestor VTMIS explica que o sistema, quando implementado, permitirá ao Porto de Santos e, principalmente, aos armadores e agências marítimas, maior previsibilidade, essencial para a organização do tráfego aquaviário e o planejamento das manobras de entrada e saída dos navios.

Será possível interagir com o complexo tráfego de embarcações local e responder às situações de conflitos que possam ocorrer na área marítima de interesse do Porto. “Essa solução tecnológica possibilitará, por exemplo, que a Autoridade Portuária atribua com segurança o sequenciamento das manobras e defina a prioridade dos navios, quando estes estiverem em condições semelhantes, aumentando a efetividade das operações portuárias e das atividades marítimas”, afirma Marden.

O comandante Marden destaca também que a previsibilidade do sistema otimizará o planejamento do transporte marítimo, pois um navio em cabotagem ou até mesmo em longo curso poderá ajustar sua velocidade para chegar e entrar diretamente no Porto de Santos, sem a necessidade de

aguardar para atracar, trazendo economia ao setor marítimo e maior eficiência logística aos terminais.

O VTMS, por possibilitar o compartilhamento direto de dados ou até mesmo o acesso a determinados sistemas, poderá apoiar as operações da Polícia Marítima (Nepom-PF), Marinha do Brasil, Receita Federal, entre outros aliados na repressão aos ilícitos contra navios, tráfico de drogas e contrabando. Isso porque permite detectar e identificar, em tempo real, embarcações suspeitas ou não autorizadas a navegar na área marítima do Porto Organizado – contribuindo com os demais órgãos de segurança e de fiscalização.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 07/08/2024

CAE APROVA ISENÇÃO DE FGTS E INSS PARA EMPRESA QUE CONTRATAR APOSENTADOS

Informações: Agência Senado (07 de agosto de 2024)

Margareth Buzetti apresentou relatório favorável ao PL 3.670/2023, que segue para o Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou nesta terça-feira (6) o projeto de lei (PL) 3.670/2023, que prevê isenções tributárias para empresas que contratarem trabalhadores já aposentados. O texto também obriga o Sistema Nacional de Emprego (Sine) a manter e divulgar uma lista de pessoas aposentadas aptas ao retorno ao mercado de trabalho.

O projeto do ex-senador Mauro Carvalho Junior (MT) recebeu relatório favorável da senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) e segue para o Plenário. A parlamentar sugeriu uma emenda para limitar o número de aposentados que ficariam isentos das contribuições. De acordo com a senadora, sem esse limite, a admissão de idosos poderia prejudicar jovens em busca de emprego.

Segundo o PL 3.670/2023, empresas com até dez empregados podem contratar uma pessoa aposentada e obter a isenção do FGTS e da contribuição previdenciária. Empresas com 11 a 20 trabalhadores ficam autorizadas a contratar até dois aposentados. No caso de empresas maiores, a isenção é limitada a 5% do total de funcionários.

De acordo com a proposta, a isenção do FGTS só vale para empresas que comprovem aumento no número total de empregados. Na hora da demissão do funcionário aposentado, a empresa fica dispensada de recolher o FGTS referente ao mês da rescisão e ao mês anterior. Também é dispensado o pagamento da indenização de 40% sobre todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato.

— A participação da mão de obra de pessoas idosas, especialmente aquelas com 60 anos ou mais e aposentadas, é influenciada pelo desempenho econômico, sendo crucial o estímulo estatal à sua contratação. Diante disso, propõe-se a isenção das contribuições previdenciárias devidas tanto pelos trabalhadores quanto pelos empregadores nos casos de contratação de empregados ou trabalhadores avulsos já aposentados — explicou a relatora.

O líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA), votou contra o projeto. Para o parlamentar, o poder público deve priorizar o acesso de jovens ao mercado de trabalho.

— Hoje, a taxa de desemprego na faixa acima de 60 anos é de 3%. Para jovens até 17 anos, é de 30%. Entendo o espírito da origem do projeto. Só chamo a atenção de que, na verdade, nosso problema maior é exatamente na garotada até 24 anos, que tem uma taxa de desemprego que vai de 17% a 30% — argumentou.

Já o senador Flavio Azevedo (PL-RN) argumentou que jovens e idosos não competem pelas mesmas vagas no mercado de trabalho.

— A faixa de menos idade possui habilidades diferentes da faixa etária a partir dos 60 anos. Elas não competem. Hoje, a maioria dos funcionários de empresas privadas com 60 anos já estão aposentados — e no auge da sua capacidade produtiva. O funcionário com 60 anos está apto, mais do que todos, a exercer suas funções dentro da empresa privada — disse.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 07/08/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

TCU MANTÉM MANDATOS DE DIRETORES E PRESIDENTES DE AGÊNCIAS

Discussão estava paralisada desde 2023 e movimentou bastidores da Corte

Por Mariana Muniz — Brasília



TCU analisa caso das joias do Bolsonaro — Foto: Reprodução

O Tribunal de Contas da União (TCU) manteve nesta quarta-feira a atual interpretação sobre a duração do mandato de diretores de agências reguladoras, sobretudo os que estão em cargos de comando. O tema voltou a ser analisado pela Corte dois anos após o julgamento ser iniciado.

O desfecho — que mantém no cargo pelo menos cinco presidentes ou diretos de agências reguladoras e frustra interesses do governo — ocorreu após o TCU se considerar incompetente para controlar atos do presidente da República de natureza política que são subordinados à apreciação do Senado. A posição foi externada em uma preliminar apresentada pelo ministro Jorge Oliveira, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

— O ato complexo de nomeação de dirigentes de agências reguladora reveste-se de caráter essencialmente político, uma vez inserido nas competências da Presidência da República e do Senado Federal, este último no âmbito de sua atividade-fim, o que afasta, em minha visão, a competência desta Corte para sua revisão — afirmou o ministro.

A questão chegou à Corte em um caso que tratava do tempo de mandato do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Baigorri. Havia a expectativa de, caso o entendimento fosse diferente, os impactos poderiam atingir os termos de outras quatro agências, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Agência Nacional do Cinema (Ancine).

Na avaliação de Jorge Oliveira, que foi seguido pela maioria dos ministros, o Senado, ao aprovar Bigorri para o comando da Anatel, estava ciente do tempo que ele já ocupava na agência, mas c

—É impossível imaginar, portanto, que o tempo pregresso de Carlos Manuel Baigorri no cargo de Conselheiro da Anatel fosse de desconhecimento daquela Casa Legislativa, ficando claro que sua aprovação pelo Senado, para o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência com mandato que se encerraria em 4/11/2026, se deu de forma deliberada, intencional e inequívoca — frisou.

A forma como é hoje é definida pela lei das Agências Reguladoras, de 2019, que estabelece que diretores de agências reguladoras têm mandato único de cinco anos, sem recondução. O que estava em jogo no TCU era se esse período de cinco anos também englobava o tempo em que essas pessoas figuraram nas agências como diretores ou exercendo outros cargos políticos.

A decisão do Tribunal poderia também afetar de forma imediata o mandato do diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, que foi diretor da entidade entre maio de 2018 e maio de 2022 e, em agosto de 2023, assumiu a presidência da agência por um período de cinco anos.

Como mostrou O GLOBO, a questão movimentou nos bastidores, de um lado, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que teria chance de fazer novas indicações e, assim, aumentar seu capital político. De outro, as articulações no Congresso também se intensificaram e alguns dos principais caciques do Senado defendiam que era preciso manter a situação como está, onde já gozam de influência.

Às vésperas do julgamento a Corte de contas estava dividida e havia uma tendência a manter o atual entendimento a respeito dos mandatos. Interlocutores do TCU ouvidos pelo GLOBO de forma reservada avaliavam, porém, que, se o julgamento tivesse ocorrido ainda em 2023, o placar seria de maioria acompanhando o entendimento do relator para encurtar os mandatos.

Especialistas na área do direito administrativo entendem que a decisão tomada pelo TCU foi correta e que o tribunal é incompetente para avaliar atos "complexos" de natureza política do presidente da República.

– Respeitados os requisitos previstos na legislação, o Presidente é livre para nomear o Diretor-Geral ou Presidente de agências reguladoras, após prévia aprovação do Senado Federal. Observados os requisitos formais, tais atos não estão sujeitos a controle. Além disso, a Lei das Agências Reguladoras estabelece mandato de 5 anos, vedando a recondução. Não determina qualquer forma de contagem de eventual tempo anterior ocupando outras diretorias – avalia o advogado Guilherme Stumpf.

O especialista observa que entender de forma diversa seria criar uma restrição não prevista em lei e que, caso prosperasse essa interpretação, se estaria desincentivando a indicação para presidência de membros que ocuparam cargos nas diretorias e exerceram um bom trabalho.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 07/08/2024

VENDA DE 15% DAS AÇÕES DA SABESP PARA A EQUATORIAL É APROVADA PELO CADE

Com a decisão, empresa assume direitos como acionista de referência da companhia de saneamento

Por João Sorima Neto — São Paulo



Toque de campanha marcou encerramento da privatização da Sabesp na B3 — Foto: Cauê Diniz/B3

A compra de 15% das ações da Sabesp pela Equatorial foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão federal que regula a concorrência. A decisão aconteceu ontem e foi confirmada pelo governo de São Paulo. Esta decisão era requisito para que a Equatorial pudesse assumir os seus direitos como acionista de referência da Sabesp.

De acordo com parecer do superintendente geral Alexandre Barreto de Souza, do Cade, a operação não prejudica o ambiente concorrencial, uma vez que as duas empresas juntas representam menos de 50% do mercado nacional de saneamento.



Barreto de Souza também avaliou que a cláusula de não concorrência do acordo de investimentos está em linha com a jurisprudência do Cade. A decisão foi pela aprovação sem restrições. Como a operação foi avaliada em procedimento sumário ela é definitiva.

A desestatização da Sabesp foi marcada por uma cerimônia de toque de campainha na B3, no último dia 23 de julho. O novo contrato de concessão da Sabesp entrou em vigor na mesma data.

Além dos 15% das ações adquiridos pela Equatorial por R\$ 6,9 bilhões, o governo paulista ofereceu outros 17% da maior empresa de saneamento do país a investidores, pelo valor de quase R\$ 8 bilhões. O governo captou R\$ 14,9 bilhões, na maior oferta secundária de ações do país este ano.

Segundo os documentos finais da oferta, pelo menos 1,5 mil CPFS se interessaram pelos papéis da Sabesp, levando R\$ 1,5 bilhão. Houve rateio das ações, já que as ordens de reserva de papéis, especialmente de grandes fundos, chegaram a R\$ 187 bilhões, maior valor de uma oferta secundária de ações no Brasil, para apenas R\$ 8 bilhões em ações ofertadas.

Desse total obtido com a venda das ações, R\$ 4,4 bilhões vão para o fundo de amortização que vai permitir, segundo cálculos do governo, a redução das tarifas. Os outros R\$ 10,3 bilhões serão usados para investimento.

Novas tarifas

Também, no dia 23 de julho, começou a valer a nova tarifa reduzida, que prevê queda de 10% do valor para as tarifas social e vulnerável, 1% para residencial e 0,5% para clientes industriais e comerciais. E entrou em vigor, com o novo contrato, a antecipação da meta de universalização dos serviços — de 2033 para 2029.

A nova gestão da Sabesp vai assumir após a eleição do Conselho de Administração. A Equatorial indicará três conselheiros e o presidente da empresa.

Para garantir os recursos a serem investidos na Sabesp, a Equatorial já garantiu um empréstimo ponte de 18 meses e pode colcar ativos 'maduros' à venda, disse o presidente da empresa Augusto Miranda, durante a cerimônia na B3. A Equatorial atua no setor de energia e tem apenas uma concessão de saneamento no Amapá, assumida em 2022. A empresa vê na Sabesp a possibilidade de se consolidar no setor.

A Equatorial não pode se desfazer das ações da Sabesp compradas na oferta pública por cinco anos. Também não poderá comprar mais ações, de forma a ter o controle da companhia, ou participar de outras licitações em São Paulo. Essas travas, dizem os especialistas, é que afastaram outros possíveis investidores na empresa.

A Sabesp presta serviço a 375 municípios paulistas, com 28 milhões de clientes. É a maior empresa de saneamento do país — e está entre as maiores do mundo. O projeto que autorizou a privatização da Sabesp foi aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo em dezembro de 2023. Na capital, a privatização foi aprovada na Câmara Municipal em 2 de maio deste ano.

Em 2023, a empresa registrou um lucro líquido de R\$ 3,1 bilhões. Desse total, 25% foram distribuídos como dividendos aos acionistas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 07/08/2024

GOVERNADORES DO NORDESTE PEDEM A PACHECO MUDANÇA EM PROJETO DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

Presidente do Senado quer votar projeto de lei na semana que vem

Por Bernardo Lima — Brasília

Os governadores do Nordeste se reuniram em Brasília nesta quarta-feira com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para pedir mudanças no projeto de renegociação de dívidas dos estados, de autoria do próprio senador.



Presidente do Senado se reúne com governadores do Nordeste — Foto: Pedro Gontijo/Presidência do Senado

Entre as reivindicações, governadores pediram mudanças no critério de fundo de equalização proposto para beneficiar estados com endividamento baixo e que as dívidas dos estados com instituições privadas também possam ser renegociadas.

Fundo de equalização das dívidas

Pelo projeto de Pacheco, estados poderão entregar ativos próprios e em contrapartida ter um abatimento na taxa de indexação da dívida, que hoje equivale ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4%. Parte da dívida também poderá ser convertida em investimentos.

Porém, nem todos os estados têm dívidas altas e nem ativos para entregar à União. Por isso, Pacheco propôs um fundo de equalização das dívidas, que será composto pelo equivalente a 1% dos juros que os estados pagariam à União. A reivindicação dos governadores do Nordeste é que esse percentual seja alterado para 2%.

Isonomia entre os estados

Na reunião, os governadores pediram uma isonomia na negociação em relação aos estados superendividados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

— A proposta inicial está colocando que o fundo de equalização seria de 1%. Nós trouxemos uma nova proposta, para que percentual a compor esse fundo de atualização seja em torno de 2% — disse a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra.

Em relação ao critério de distribuição deste fundo, a proposta apresentada prevê que isso seja baseado na população de cada estado. No entanto, segundo Fátima Bezerra, seria mais justo que o critério adotado fosse o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

— Nós insistimos que o critério do fundo de participação dos estados seja considerado — disse a governadora.

Renegociação de dívidas

Outro pedido levado ao presidente do Senado foi que também seja possibilitado que as dívidas dos estados com instituições privadas, como bancos, também possam ser renegociadas e ter os prazos de pagamento alongados.

— Então a gente vai propor um texto para que ele possa avaliar junto com os consultores do Senado e com os pares do Senado Federal para possibilitar também essa questão de isonomia, dado que vai ser feito um esforço da União para alongar e diminuir os encargos da dívida dos Estados com a União, que também seja feito um esforço da União para reduzir taxa, alongar prazo e aumentar a carência das dívidas bancárias que os Estados têm com as instituições do sistema financeiro nacional — detalhou o governador do Piauí, Rafael Fonteles.

Segundo os governadores, o presidente do Senado ficou “sensibilizado” com as reivindicações e as negociações serão feitas ao longo dos próximos dias. A ideia é que o texto seja votado na semana que vem no Congresso.

Por meio de sua assessoria, Pacheco afirmou que houve avanços na discussão para que os estados do Nordeste não sejam deixados de fora do projeto de renegociação de dívidas.

"Avançamos na discussão em relação ao fundo de equalização, previsto no projeto, para beneficiar também os estados que não possuem dívidas com a União. Concluído o debate, temos a expectativa de votar a proposta no Senado na próxima semana. Estamos trabalhando em um cenário no qual haja consenso entre os senadores para a apreciação do projeto antes do início das campanhas eleitorais", diz em nota divulgada nesta quarta-feira.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 07/08/2024

'É IMPORTANTE ENTREGAR ARCABOUÇO FISCAL NO ANO EM QUE O PLANO REAL COMPLETA 30 ANOS', DIZ PRESIDENTE DO ITAÚ

Milton Maluhy afirmou que governo faz esforço importante para buscar meta fiscal zero neste ano, e que já é preciso olhar para 2025

Por João Sorima Neto — São Paulo



Milton Maluhy Filho, presidente do Itaú — Foto: Claudio Belli / Infoglobo

O presidente do Itaú, Milton Maluhy, afirmou nesta quarta-feira que o governo vem fazendo um esforço importante com bloqueios e contenção no orçamento para entregar as metas do arcabouço fiscal para 2024, mas é importante olhar também para 2025. O governo anunciou em julho, o bloqueio de R\$ 11,2 bilhões e o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões no Orçamento deste ano.

— Entregar a meta do arcabouço num ano em que o Plano Real completa 30 anos é importante, mas é importante também olhar para 2025 — afirmou ele, durante apresentação dos resultados do banco, que teve lucro de R\$ 10,1 bilhões no segundo trimestre deste ano.

A meta do governo é atingir déficit zero em 2024 e em 2025 e ter um superávit de 0,25% em 2026. Ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o governo vai manter o arcabouço fiscal até 2026, "custe o que custar", a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Maluhy afirmou que, no Brasil, a dinâmica do câmbio, com o dólar batendo R\$ 5,86 nesta semana, diante de turbulências nos mercados globais, traz preocupação de médio e longo prazo, mas que a questão fiscal também está no radar e traz um prêmio de risco.

Ele afirmou que o problema do câmbio é se o dólar persistir num patamar mais elevado por um longo tempo, gerando um cenário inflacionário. Ele acredita que o BC mantenha a Selic, juros básicos da economia em 10,5% até o final do ano, e que a autoridade monetária saberá tomar a melhor decisão para combater a inflação evitando que a renda das pessoas seja corroída.

Recessão nos EUA não deve acontecer

O presidente do Itaú avalia que a chance de uma recessão nos EUA é relativamente baixa e que, mesmo com a correção das bolsas registradas esta semana, índices como o Nasdaq ainda estão no campo positivo quando se olham os últimos 12 meses.

Maluhy acredita que o Federal Reserve (Fed), o banco central americano, inicie uma trajetória de queda dos juros por lá, com uma baixa de 0,25 ponto percentual em setembro e mais duas reduções de 0,25 até o final do ano.



— Precisamos colocar em perspectiva os últimos dias de correção no mercado. Continuo achando que a chance de uma recessão nos EUA é relativamente baixa — disse.

Ele afirmou que com queda de juros nos EUA, o dólar tende a ficar um pouco mais fraco, fortalecendo outras moedas. E nesse cenário, o real pode se beneficiar por tabela com redução do juro americano.

Para o Brasil, disse Maluhy, os efeitos dessa correção de mercado foram pequenos. O presidente do Itaú afirmou que os EUA tem uma alavanca poderosa e que a política monetária deverá atuar em caso de os sinais de arrefecimento da economia permanecerem. Maluhy afirmou que as turbulências do mercado não influenciam o apetite do banco em oferecer crédito.

— Com os eventos recentes, não vimos razões para calibrar o apetite de crédito. Analisamos isso todos os dias considerando mercado de trabalho, câmbio, crescimento do PIB, mas esperamos continuar crescendo com a carteira de crédito, sempre com informações de mercado e monitorando a saúde financeira dos clientes, seu comprometimento de renda — disse o presidente do Itaú, lembrando que o comprometimento de renda do brasileiro continua num patamar elevado e, por isso, a oferta de crédito tem que ser feita com cuidado.

Olimpíada e dividendos

Maluhy afirmou que o banco se preparou e nunca esteve tão pronto para enfrentar a concorrência no mercado brasileiro. O resultado de R\$ 10,1 bilhões no segundo trimestre, é o dobro do apresentado pelo Bradesco, de R\$ 4,7 bilhões, e o triplo do Santander Brasil, de R\$ 3,3 bilhões.

— Concorrência faz bem, até para você não ficar com a sensação de domínio, que você é líder

Ele disse que concorrência é como uma Olimpíada, onde todo mundo está disputando.

— Tem a medalha de ouro, mas também tem a de prata e a de bronze — afirmou.

O presidente do Itaú afirmou que o banco vem trabalhando com excesso de capital, mas disse que uma distribuição de dividendos extras aos acionistas só deve ser definida no quarto trimestre.

— O consumo benigno de capital do banco é atender as necessidades dos clientes. Mas no quarto trimestre vamos ter mais informações e podemos divulgar um dividendo extraordinário. Certamente haverá dividendo extraordinário — afirmou.

Impacto de superapp

Maluhy se mostrou satisfeito com os resultados do superaplicativo lançado pelo banco e disse que o processo de migração de clientes está sendo acelerado. Com o superapp, clientes e não clientes podem ter acesso a todos os produtos do banco.

Até o final deste ano, a expectativa era migrar 2,5 milhões de clientes, mas ele acredita que este número deve dobrar. E que até 2025, cerca de 15 milhões já serão impactados pela nova experiência

Maluhy afirmou ainda que o lançamento do Pix por aproximação nas maquininhas da Rede (que pertence ao Itaú) é uma inovação que o mercado vai seguir no futuro. A ferramenta passa a valer a partir de outubro.

— O Pix por aproximação é uma evolução brutal na experiência do cliente, que fica refém do QR Code ou tem que pedir dados do estabelecimento para fazer o Pix. Vamos ajudar o regulador (BC) a entender o que é o uso dessa solução no dia a dia — disse o presidente do Itaú.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 07/08/2024

EM DECISÃO UNÂNIME, CVM DIZ QUE PREVI NÃO PODE VOTAR SEPARADA DO GOVERNO NA ELETROBRAS

Julgamento fecha uma alternativa que vinha sendo testada pelo governo para aumentar seu poder na companhia privatizada em 2022

Por Malu Gaspar



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o chefe da Previ, João Fukunaga — Foto: Fotos de Pablo Porciúncula/AFP e Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que regula o mercado de capitais, decidiu que a Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, compõe o bloco do governo na Eletrobras e não pode votar em separado nas assembleias de acionistas da companhia, privatizada em 2022. A decisão foi tomada em junho, mas a ata foi disponibilizada no site da CVM no último dia 18.

A votação do colegiado teve resultado unânime e fecha uma porta para uma alternativa do governo de ocupar mais espaços e ter mais poder na empresa antes mesmo de fechar um acordo com os acionistas privados, como vem sendo negociado em paralelo por determinação do Supremo Tribunal Federal.

Hoje o fundo de pensão do BB tem 0,33% das ações da Eletrobras. A União tem 40% das ações, mas, de acordo com as regras determinadas na privatização, só pode votar no conselho da companhia com até 10%.

Nas assembleias e reuniões de conselho, a participação da Previ é considerada pela direção da Eletrobras como parte do bloco do governo.

O fundo de pensão pediu à CVM que a liberasse para votar em separado, argumentando que o governo tem "influência significativa", mas não o controle das decisões da entidade.

O pedido, porém, não foi aceito. De acordo com o parecer técnico encampado pela diretoria da CVM, "o Banco do Brasil tem predominância absoluta em todas as decisões do órgão máximo de governança da Previ – o Conselho Deliberativo – fruto do voto de qualidade do presidente do Conselho Deliberativo, indicado pelo Banco do Brasil, junto aos outros 50% dos membros do respectivo órgão".

O parecer afirma ainda que "o Banco do Brasil tem predominância em absolutamente todos os níveis de decisão e governança da Previ, não cabendo qualquer decisão contrária por parte dos demais representantes administrativos".

A decisão da CVM é definitiva e exclui do cardápio do governo uma alternativa que vinha sendo testada para driblar a limitação de voto na Eletrobras.

Embora a participação de 0,33% seja bem pequena, se a tese de que a Previ não é governo fosse adiante, poderia ter impacto não apenas na companhia de energia, mas em outras em que o fundo de pensão tem participação.

A Previ está em conselhos de algumas das maiores empresas do Brasil, como a Vale, a Vibria e o aeroporto de Guarulhos, por exemplo.

Procurada pela equipe da coluna, a direção do fundo afirmou por meio de sua assessoria de imprensa que não comentaria a decisão. Disse apenas que "em assembleias distintas, a Eletrobras

considerou a Previ de formas diferentes. Primeiro, como não pertencente ao bloco de governo. Depois, como pertencente. Por isso a Previ solicitou à CVM a análise de como a entidade deveria ser enquadrada."

Na Eletrobras, o governo negocia o aumento de suas cadeiras no conselho em troca de algumas mudanças nas obrigações que a empresa assumiu na privatização, como a antecipação de pagamentos de dívidas e a devolução das ações da Eletronuclear que ficaram com a Eletrobras.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 07/08/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DO BRASIL CRESCEU 4,28% NO 1º SEMESTRE, COM MAIOR VOLUME DESDE 2010

Conforme o balanço da Antaq, produtos como petróleo e derivados, minério de ferro, soja e açúcar estão entre os destaques no transporte

Por Luiz Araújo (Broadcast)

BRASÍLIA - A movimentação de cargas nos portos brasileiros entre janeiro e junho deste ano é a maior para um primeiro semestre desde 2010. Conforme o balanço da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), divulgado nesta quarta-feira, 7, o aumento em relação ao mesmo período do ano passado é 4,28%, com 644,76 milhões de toneladas movimentadas.

Na avaliação dos dados, produtos como petróleo e derivados, minério de ferro, soja e açúcar se destacaram. As cargas containerizadas apresentaram recorde para o período, atingindo movimentação de 73,3 milhões de toneladas, 22,72% a mais na comparação com o mesmo período do ano passado.



Os graneis sólidos, que representam cerca de 60% de tudo que é movimentado pelos portos, tiveram alta de 3,65% frente ao primeiro semestre de 2023. No período, foram registradas 383 milhões de toneladas de cargas movimentadas. Os graneis líquidos e gasosos ficaram com indicadores estabilizados. As cargas gerais apresentaram um recuo de 2,02%.

No primeiro semestre, portos movimentaram 644,76 milhões de toneladas, volume 4,28% maior do que o do mesmo período do ano anterior Foto: Tiago Queiroz/Estadão

Recorte por região

- Sudeste — Os portos apresentaram os melhores resultados no semestre. Com 322,5 milhões de toneladas movimentadas, a alta foi de 6,1%. O destaque foram as movimentações de petróleo e derivados - sem óleo bruto (+19,62%) e o minério de ferro (+10%).
- Sul — Os complexos portuários movimentaram 90,8 milhões de toneladas de cargas nos primeiros seis meses do ano, um crescimento de 4,6%, com altas predominantes no transporte de açúcar (+77,60%) e soja (+18,31%).
- Nordeste — A movimentação na região, que representa 23,1% de tudo que é movimentado no País, cresceu 4,1%, com 149,2 milhões de toneladas. Os itens com maior movimentação no período foram ferro (+6,16%) e petróleo e derivados (+2,38%).
- Norte — Foram movimentados 79,5 milhões de toneladas de cargas, um acréscimo de 0,6% nos seis primeiros meses de 2024, com destaques para o milho (+17,92%) e a bauxita (+3,16%).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 07/08/2024

MANSUETO: GOVERNO ESTÁ PREOCUPADO EM CUMPRIR META FISCAL; DÚVIDA É SE LULA FARÁ O QUE FOR PRECISO

Para economista-chefe do BTG Pactual, relação entre a dívida do governo e o PIB pode terminar no mandato de Lula na casa dos 81% ou 82%, o que 'não seria um desastre'

Por Altamiro Silva Junior (Broadcast), Eduardo Laguna (Broadcast) e André Marinho

O governo tem se mostrado mais preocupado e mais engajado em cumprir as metas fiscais, tema que tem ficado no centro das preocupações do mercado, afirmou nesta quarta-feira, 7, o ex-secretário do Tesouro e atual economista-chefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida, em evento da Moody's. A dúvida, segundo ele, é se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará o que for preciso para alcançar os compromissos na área.

"O que não sabemos no Brasil é se a equipe econômica terá o apoio completo do time político do governo, incluindo do presidente do País, para fazer o que precisa ser feito", disse Mansueto sobre a consolidação fiscal.

Para Mansueto, a relação entre a dívida do governo e o Produto Interno Bruto (PIB) pode terminar no governo Lula na casa dos 81% ou 82%. "Não é um desastre", disse ele. "Mas corremos o risco de, nas eleições do próximo presidente, continuar a debater consolidação fiscal", completou.



Segundo Mansueto, crescimento da economia tende a desacelerar no segundo semestre, devido ao impacto dos juros altos Foto: Dida Sampaio/Estadão

O economista ressaltou que o mercado tem mostrado dúvidas de que o governo conseguirá fazer a consolidação fiscal, principalmente quando se considera que o País já tem uma carga tributária alta e será difícil elevar ou criar tributos. Ou seja, o ajuste pelo lado da receita se mostra desafiador, assim como pelo lado dos gastos.

Desaceleração econômica

O crescimento da economia tende a desacelerar neste segundo semestre, por conta do impacto dos juros altos, afirmou o economista-chefe do BTG Pactual. No quarto trimestre, o PIB pode ter crescimento zero.

Mesmo com a perda de fôlego da atividade nos próximos meses, o economista projeta que o PIB de 2024 cresça 2,5%. Com a inflação rodando em 4%, a taxa de juros real é 6%. "É alta, mas a economia está crescendo rápido."

Mansueto disse que o Banco Central já deveria ter sinalizado de forma mais clara que pode elevar os juros em breve. Ele também falou sobre o próximo comando do BC e o risco de ser mais "leniente" com a inflação.

"Não sabemos. Espero que, provavelmente, a nova equipe realmente tentará atingir a meta de inflação e fará o seu melhor", disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 07/08/2024

CONSUMIDOR PODE PAGAR UMA CONTA DE LUZ A MAIS POR ANO PARA BANCAR NOVOS SUBSÍDIOS AO SETOR ELÉTRICO

'Jabutis' inseridos no projeto das eólicas em alto-mar terão custo médio anual de R\$ 221 para cada consumidor do País, diz levantamento; relator na Câmara contesta e Ministério de Minas e Energia não se manifesta

Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA – O consumidor de energia no Brasil pode pagar uma conta de luz a mais por ano para bancar novos subsídios ao setor aprovados na Câmara que devem ser analisados neste mês pelo Senado. Esse custo extra é resultado dos chamados “jabutis” — propostas que pegam carona em outros projetos de lei — inseridos na proposta que cria o marco regulatório das eólicas offshore (em alto-mar).

Segundo a Abrace Energia, associação que representa os consumidores de energia, a conta de luz de cada consumidor do País é, em média, de R\$ 168,15 por mês. Caso os subsídios sejam mantidos no Senado, haverá um gasto extra para cada consumidor de R\$ 221,96 por ano. Na prática, portanto, haverá um valor adicional equivalente a mais de uma conta de luz a ser paga no ano.

“Foi justamente o acúmulo dessas distorções que são conhecidas como jabutis que fizeram do Brasil o país da energia barata e da conta de luz cara”, afirmou o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa.



Termelétrica a carvão mineral Candiotá III, no Rio Grande do Sul
Foto: Divulgação/CGT Eletrosul
Para você

O projeto de lei que cria o marco regulatório das eólicas offshore serviu de “carona” para várias outras propostas, aprovadas na Câmara praticamente sem nenhum debate. A estimativa da PSR Energy é a de que o custo total dessas medidas será de R\$ 25 bilhões por ano, com potencial para encarecer a conta em cerca de 11%. No período de 27 anos, diz a PSR, o custo total ao consumidor será de R\$ 658 bilhões, com valor presente de R\$ 287 bilhões.

Com base nesses dados, a Abrace fez um recorte por Estados e por distribuidoras. Segundo o levantamento, o impacto deve ser maior no Pará, onde haverá um aumento de R\$ 313,07 para cada consumidor por ano. No Rio, os municípios atendidos pela distribuidora Enel, como Niterói e São Gonçalo, terão aumento de R\$ 297,23 no mesmo período, enquanto os municípios atendidos pela Energisa, no Mato Grosso, terão aumento de R\$ 283,32.

O relator do projeto na Câmara, deputado Zé Vitor (PL-MG), contesta as contas feitas pelas entidades e diz que há apenas a defesa dos interesses de cada uma. “Os números apresentados pela Abrace não encontram fundamentos, é puramente uma defesa de privilégios”, rebateu. O Ministério de Minas e Energia (MME) não se manifestou.

Entenda os ‘jabutis’

O PL das eólicas offshore trouxe oito “jabutis” com impactos sobre a conta de luz. O principal deles altera uma medida estabelecida durante a privatização da Eletrobras. A proposta determinou a contratação obrigatória de 8 gigawatts (GW) de térmicas a gás nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estabelecendo, porém, um preço teto para a compra dessa energia. Na Câmara, houve a redução de 8 GW para 4 GW, mas o teto para o preço máximo deixou de existir.

A manobra é uma forma de viabilizar não só a geração por parte dessas usinas, mas também o financiamento dos gasodutos, já que, nessas regiões, não há oferta de gás para que as térmicas possam operar. “É uma ineficiência completa. O consumidor terá de pagar pela construção dos gasodutos para levar gás a uma térmica onde não existe esse matéria-prima. Como são regiões já exportadoras de energia, a energia elétrica terá de viajar de volta, por novas linhas de transmissão, também pagas pelos consumidores, para chegar ao mercado”, afirmou Pedrosa.

Os outros 4 GW de energia “compulsória”, que terá de ser contratada pelo setor, foi direcionada para as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), atendendo a outros grupos de interesse. Quanto maior a quantidade de energia “compulsória”, menor a flexibilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para despachar fontes mais baratas para os consumidores.

Embora o projeto trate do marco regulatório para energia eólica, de energia limpa, um desses jabutis prorroga por mais dez anos o tempo de operações de usinas termelétricas a carvão nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Antes, essas térmicas deixariam de operar em 2040. Agora, houve a ampliação desse período, para 2050, e inclusão de novas usinas.

Há ainda jabutis prolongando o prazo para que projetos de energia renováveis entrem em operação com subsídios (mesmo já tendo caído o preço dessa energia), postergação para projetos de minigeração distribuída (MMGD), extensão de contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfra), além da contratação compulsória de energia de hidrogênio e de plantas eólicas no Sul do País.

Impacto de cada 'jabuti'

Aumento médio na conta em um ano (em R\$)

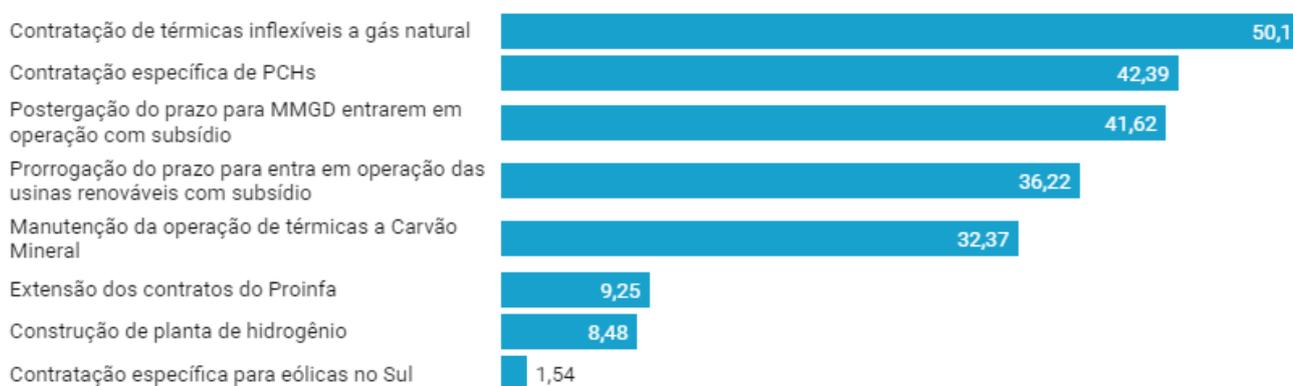


Gráfico: Fonte: Abrace • [Descarregar estes dados](#) • Criado com [Datawrapper](#)

Associações se mobilizam

O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Aurélio Madureira, diz que a entidade tem feito encontros com senadores, incluindo o relator da proposta no Senado, Weverton (PDT-MA), para tentar derrubar os jabutis na Casa.

“Nenhum dos projetos faz sentido. São ofertas de energia a custos maiores do que qualquer outra fonte, com compra compulsória pelos consumidores. São preços maiores do que há no mercado”, afirma.

No caso das térmicas, Madureira diz que há outra contradição. Esse tipo de energia é usado como “reserva”, ou seja, para entrar em operação em momentos que fontes renováveis, como eólica e solar, não conseguem gerar energia.

“Com contratação compulsória, é o contrário. Eles serão obrigadas a trabalhar 24 horas por dia, o que irá deslocar outras fontes de geração dentro do sistema elétrico”, afirmou.

Para o presidente da Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Alexei Vivan, entidade que agrega todos os agentes da cadeia, geradores, transmissores, distribuidores e comercializadores, a inclusão dos jabutis entra em conflito com o discurso do MME.

“Estamos vivendo uma guerra todos os dias contra os jabutis. Parece que existe um kit jabuti no Congresso, que a toda hora tentam aprovar, e o setor precisa se mobilizar para tentar derrubá-lo. Estamos muito preocupados, por conta da situação atual das tarifas. O ministro Alexandre Silveira tem falado muito nisso, que beira a insustentabilidade, mas a realidade tem sido outra”, afirmou.

Relator se defende

O relator da proposta na Câmara diz que não há contradição entre estimular a energia a carvão em um projeto que cria um marco regulatório para eólicas offshore.

“Acredito que o texto é claro ao tratar do estímulo à transição energética com o uso de fontes mais limpas, desde a eólica, a hidrelétrica e biomassa e outras mais. É uma política de limpeza da nossa matriz, inclusive substituindo parte das obrigações com o gás. Decisões como essas são estratégicas e mais sustentáveis. Dentro do ambiente democrático e legítimo, a discussão e aprovação se deu nessa linha.”

Ele explica que houve intensa mobilização da bancada do Sul do País na Câmara. “Essa foi uma mobilização feita pela bancada do Sul do País, a fim de assegurar a produção contínua e sem interrupções de energia, além de garantir a atividade que historicamente tem peso nas economias locais.”

Procurada, a assessoria do senador Weverton, relator da proposta no Senado, afirmou que ele não foi encontrado e não há prazo para entrega do seu relatório. A Enel afirmou que a Abradee se pronuncia em nome dela, e a Energisa não se manifestou.

Carta ao presidente

Em carta enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro Alexandre Silveira, no mês passado, entidades beneficiadas pelos jabutis defendem as medidas, entre elas a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), Associação Brasileira de PCHs e CGHs (Abrapch), e a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás).

Sem entrar no mérito de que haverá obrigatoriedade de despacho pelo ONS (tirando do órgão a capacidade de escolher a fonte mais barata e benéfica para o sistema elétrico), as associações afirmam que a diminuição de 8GW de energia térmica, como aprovado na privatização da Eletrobras, para 4GW, com mais de 4GW de contratação de energia limpa, será benéfica para os consumidores.

“A estimativa é que com esta substituição prevista no projeto - de térmicas para geração hidrelétrica - se economize mais de R\$ 3,5 bilhões por ano, o que resultaria em uma economia de mais de R\$ 30 bilhões no período de contratação”, dizem.

As associações defendem o texto aprovado na Câmara, falam em “desonestidade intelectual” dos críticos, e dizem que haverá estímulo à matriz mais limpa, atrelada à segurança energética.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 07/08/2024

GOVERNO AVANÇA COM SENADO EM DISCUSSÃO SOBRE DESONERAÇÃO, MAS QUER AVAL DA CÂMARA

A expectativa do governo é de que Congresso assuma o compromisso de, em 2025, aceitar um aumento de tributo via CSLL caso não se chegue ao montante para compensar medida que há mais de 10 anos alivia encargos de empresas de 17 setores e prefeituras

Por Gabriel Hirabahasi (Broadcast) e Sofia Aguiar (Broadcast)

BRASÍLIA - O governo avançou na discussão com o Senado para compensar a renúncia fiscal com a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores econômicos e das pequenas e médias prefeituras beneficiados pela medida, mas só quer fechar um acordo no tema depois de acertar também com a Câmara dos Deputados, segundo fontes ouvidas pelo Estadão/Broadcast Político. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reuniu na terça-feira, 6, com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e com os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP).

O avanço nas negociações foi simbolizado por uma declaração do próprio Pacheco, que disse topar um eventual aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2025 caso as medidas compensatórias sugeridas pelo Senado não tenham a arrecadação suficiente.

Entre essas medidas, estão repatriação, Refis de multas de agências reguladoras, regularização de ativos no Imposto de Renda e recursos esquecidos no Tesouro Nacional. Além disso, o governo decidiu incluir no parecer de Jacques Wagner, relator do tema no Senado, o pente-fino no INSS e nos programas sociais, que deve ter um impacto de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões, segundo Wagner.



“Foi colocado (pente-fino no relatório). Mas, de novo, é tudo expectativa. Eles estimam que vai dar tanto (10 a 12 bi). Se vai dar, ninguém sabe”, disse o senador.

O senador Rodrigo Pacheco, o presidente Lula e o deputado Arthur Lira têm o desafio de manter benefício a 17 setores e prefeituras que alivia encargos trabalhistas e mantém empregos Foto: Wilton Junior/Estadão

Fontes ouvidas pela reportagem indicaram que o governo pode aceitar manter no relatório apenas as compensações listadas pelo Senado e mais o pente-fino do INSS e de programas sociais, desde que haja o compromisso sinalizado por Pacheco de que, em 2025, caso não se chegue ao montante necessário para compensar a desoneração, um aumento de tributo via CSLL seja aceito pelo Congresso.

Anteriormente, a ideia oferecida pelo governo, como o Estadão/Broadcast Político mostrou, era incluir um gatilho no texto que permitisse o aumento na CSLL se fosse identificado que as medidas compensatórias do Senado não atingiriam o valor necessário para equalizar a renúncia fiscal da desoneração.

O acordo ainda depende do aval da Câmara dos Deputados, que não tem atividades nesta semana. Por isso, só deve seguir adiante a partir da semana que vem, quando os deputados retornam a Brasília após o recesso parlamentar informal. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já voltou a Brasília, mas não há até o momento sessões previstas.

A estratégia do governo é esperar o retorno das atividades da Casa comandada por Lira para que o acordo seja apresentado de forma já negociada com os deputados. Existe um receio de que, se o plano for construído apenas pelo Senado, pode sofrer resistência na Câmara.

Um impasse permanece no acordo político que vem sendo alinhado. O Senado insiste em uma previsão de cerca de R\$ 17 bilhões de renúncia fiscal com a desoneração. O secretário do Tesouro Nacional, Robinson Barreirinhas, porém, disse, no mês passado, que a estimativa do governo é de um rombo de mais de R\$ 25 bilhões com a medida.

Um gatilho em discussão

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse nesta quarta-feira, 7, que o último ponto a ser decidido é se haverá ou não um gatilho que permita um aumento da CSLL como forma de compensar a renúncia fiscal do benefício aos 17 setores da economia e às pequenas e médias prefeituras.

“A negociação é a seguinte: uns acreditam que esses programas são suficientes para a compensação. A Fazenda, que tem de ser mais conservadora, diz que acha que não vai dar, por isso propôs o gatilho. Agora, dizem que não precisa do gatilho, e que se não dá, se comprometem a votar a CSLL. A Fazenda prefere deixar escrito o gatilho”, afirmou Wagner.

O petista disse esperar que haja um acordo para votação do projeto de lei na semana que vem para “virar essa página”. “Eu diria que é isso (que resta ser decidido)”, declarou, ao ser indagado sobre o que estaria faltando para o acordo ser fechado.

“Para mim, já está resolvido. Estamos discutindo se coloca (o gatilho da CSLL) ou deixa para colocar depois. Mas todo mundo já sabe por onde vai passar”, completou.

Entenda a desoneração

Motivo de uma controvérsia que envolve os três Poderes, a desoneração da folha foi adotada por meio da Medida Provisória nº 540, de 2011, e logo depois convertida em lei. Trata-se de um benefício fiscal que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Ela resulta, na prática, em redução da carga tributária da contribuição previdenciária devida pelas empresas.

Ela vale para pequenas e médias prefeituras e para 17 setores da economia:

- Confeção e vestuário
- Calçados
- Construção civil
- Call center
- Comunicação
- Empresas de construção e obras de infraestrutura
- Couro
- Fabricação de veículos e carroçarias
- Máquinas e equipamentos
- Proteína animal
- Têxtil
- TI (tecnologia da informação)
- TIC (tecnologia de comunicação)
- Projeto de circuitos integrados
- Transporte metroferroviário de passageiros
- Transporte rodoviário coletivo
- Transporte rodoviário de cargas

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 07/08/2024

CHINA: EXPORTAÇÕES CRESCEM 7% EM JULHO, ABAIXO DO ESPERADO

Remessas da China para outros países devem enfraquecer nos próximos meses, à medida que entrarem em vigor as taxações sobre veículos elétricos por parte de americanos e europeus

Por Redação

As exportações da China aumentaram 7% em julho em relação ao mesmo mês do ano anterior, abaixo das previsões dos economistas de um crescimento próximo a 10%, já que tensões comerciais e o enfraquecimento do crescimento nos Estados Unidos e outros grandes mercados pesaram sobre a demanda.

Para tentar revitalizar a economia estagnada desde a pandemia, os líderes chineses aumentaram o investimento em manufatura. Apesar disso, a economia chinesa está crescendo mais lentamente do que o esperado. As medidas para controlar a inflação por meio do aumento das taxas de juros afetaram a demanda dos consumidores nos países ocidentais afluentes.



Por outro lado, as importações aumentaram 7,2%, chegando a US\$ 215,9 bilhões. Esse movimento ganhou impulso devido ao aumento das movimentações comerciais com outros países asiáticos, que agora fornecem muitos componentes industriais, materiais e produtos de consumo para a China.

Carros para exportação esperando para serem carregados em um navio em um porto em Lianyungang, na província de Jiangsu, no leste da China. Foto: STR/AFP



Os dados indicam que as remessas para os países do Sudeste Asiático, bloco que agora é o maior parceiro comercial de Pequim, aumentaram 11%, enquanto para os Estados Unidos cresceram só 2,4%.

As exportações totalizaram US\$ 300,6 bilhões em julho, expandindo-se em ritmo mais lento nos últimos três meses seguidos, fator que causou um superávit comercial para julho de US\$ 84,7 bilhões. Apesar disso, a cifra é inferior ao recorde de US\$ 99,1 bilhões registrado no mês anterior. No acumulado de 2024, entre janeiro e julho, o superávit aumentou quase 8% de janeiro a julho no comparativo com o mesmo período de 2023.

Ainda no acumulado do ano, as exportações da China aumentaram 4% em relação ao ano anterior, enquanto as importações tiveram um aumento de apenas 2,8%, já que o crescimento da demanda do consumidor permaneceu fraco.

O destaque de remessas foi para produtos de TI e computadores, bem como as importações dos componentes necessários para fabricá-los. “Assim, duvidamos que a surpresa positiva no crescimento das importações possa enviar um sinal de forte recuperação da demanda interna”, disseram os economistas do banco de investimentos UBS, ao comentar o desempenho das contas do comércio internacional do país asiático.

A previsão é a de que as exportações da China enfraqueçam nos próximos meses, à medida que entrarem em vigor as taxações sobre veículos elétricos por parte de americanos e europeus. Relatos indicam que cargueiros foram vistos transportando grandes carregamentos de veículos para portos europeus antes da entrada em vigor dessas tarifas. As exportações de veículos aumentaram 18% nos primeiros sete meses do ano em relação ao mesmo período de 2023.

É provável que a recuperação das importações em julho se consolide à medida que o governo se movimenta para apoiar a demanda do consumidor e reavivar o setor imobiliário em dificuldades da China, segundo Zichun Huang, economista da China na Capital Economics. “Esperamos que os volumes de importação aumentem ainda mais nos próximos meses. A liderança parece mais preocupada com as perspectivas de curto prazo em comparação com alguns meses atrás, e sinalizou um aumento nos gastos fiscais. É provável que isso impulsione a atividade de construção, aumentando a demanda por commodities industriais”, disse Huang. / AP

Este conteúdo foi traduzido com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial e revisado por nossa equipe editorial.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 07/08/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

ANP AUTORIZA TOTALENERGIES A IMPORTAR GÁS NATURAL DA BOLÍVIA VIA GASBOL

Segundo o documento, a petroleira está autorizada a importar até 20 milhões de metros cúbicos por dia, via Corumbá (MS), para atender a demanda de gás natural no Brasil

Por *Robson Rodrigues, Valor — São Paulo*

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) autorizou a TotalEnergies a importar gás natural da Bolívia pelo gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol). A informação consta da edição do “Diário Oficial da União” (DOU) desta quarta-feira (7).

Segundo o documento, a petroleira está autorizada a importar até 20 milhões de metros cúbicos por dia, via Corumbá (MS), para atender a demanda de gás natural no Brasil. A empresa deverá apresentar à ANP os contratos de compra e venda do gás celebrados com o fornecedor estrangeiro no prazo de 30 dias, contados da assinatura do documento. A autorização tem validade de dois anos.



TotalEnergies — Foto: Bloomberg

O Gasbol é operado pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), cujo controle pertence à Petrobras (51%). A TBG conta ainda com sócios minoritários, como a BBPP, a estatal boliviana YPFB e a GTB-TBG Holding.

O gás boliviano é relevante para o Brasil, apesar do seu declínio e das incertezas políticas do país vizinho. O impacto da queda nas reservas e da exportação de gás na Bolívia foi parcialmente mitigado pelas importações de gás natural liquefeito (GNL), que devem aumentar com a expansão da capacidade de “regaseificar” nos portos de Suape e no Hub de Sergipe, da Eneva, ambos com perspectivas de conexão à malha de gasodutos da Transportadora Associada de Gás (TAG).

O Brasil bateu recorde na produção de gás natural em 2023, alcançando 150 milhões de metros cúbicos por dia. Entretanto, mais da metade da produção é reinjetada nos poços para elevar a extração de petróleo e pela falta de infraestrutura de escoamento e transporte.

Com isso, os grandes consumidores do energético defendem mais alternativas de ampliar a oferta de gás para o mercado nacional por conta do alto custo da molécula no mercado doméstico. Nos últimos meses, surgiu uma perspectiva de a Argentina exportar futuramente gás excedente de Vaca Muerta para suprir a demanda industrial brasileira.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 07/08/2024

COP30 VIRA TRUNFO ELEITORAL PARA FAMÍLIA BARBALHO

Principais obras para realização do evento estão nas mãos do Estado

Por Fabio Murakawa — De Belém



Helder Barbalho, governador do Para — Foto: Fotos: Gesival Nogueira/Valor

Com as principais obras do evento nas mãos do governo do Estado, a COP30 virou um trunfo eleitoral para o clã Barbalho e seu candidato, Igor Normando (MDB), para a prefeitura de Belém. Dessa forma, fica enfraquecida a possibilidade de o prefeito Edmilson Rodrigues (Psol) “usar a máquina para se eleger”, como é a praxe entre os mandatários que buscam a reeleição no Brasil. Já o candidato bolsonarista Éder Mauro vê a conferência como um evento importante pelos investimentos que chegarão à cidade, mas afirma que os negociadores climáticos devem levar em conta os interesses do setor produtivo.

O evento será realizado no Parque da Cidade, que está sendo construído onde antes ficava o Aeroporto Brigadeiro Protásio, que funcionou entre 1936 e 2021 em uma área central da capital de Belém. A área foi cedida pela União ao governo paraense. E, com orçamento estimado em R\$ 980 milhões, trata-se da maior obra da COP30. Após o evento, será entregue à população como o principal equipamento de lazer da cidade.

Outra obra importante no orçamento da conferência, o Porto Futuro 2 também está nas mãos do governo do Estado. Em área igualmente cedida pela União, cinco armazéns às margens do rio

Guamá estão sendo recuperados para construção da segunda etapa de um complexo turístico com bares, restaurantes e eventos, o Porto Futuro. Em uma área contígua, essa obra foi inaugurada no governo Jair Bolsonaro, mas idealizada pelo governador Helder Barbalho quando era ministro da Integração Nacional na gestão Michel Temer.

“É uma situação que vai trazer empregos diretos e indiretos”
— *Éder Mauro*

Com as duas principais vitrines da COP sob controle do governador, Normando pretende associar sua imagem ao que classifica como “modo de governar baseado em resultado e entregas” de seu primo em segundo grau, o governador Helder Barbalho (MDB), embora preocupações quanto à infraestrutura hoteleira ainda sejam motivo de preocupação na cidade.

“Acredito muito que a nossa pauta de campanha será fundamentalmente mostrar que o Pará se desenvolveu, está avançando, cresce a passos largos. E Belém infelizmente estagnou e até regrediu. É importante mostrar essa comparação, porque são modos diferentes de governar”, afirma Normando.

Edmilson Rodrigues, por sua vez, também foi ouvido pelo governo federal e recebeu recursos para realizar obras municipais relacionadas ao evento. As principais são o Parque Urbano Igarapé São Joaquim e a reforma do tradicional Mercado de São Brás, com orçamento somado de cerca de R\$ 190 milhões.

O prefeito critica a prioridade dada pelo governo do Estado a obras viárias, como as avenidas Tamandaré e a Avenida Doca de Souza Franco. Juntas, elas devem consumir investimentos da ordem de R\$ 500 milhões.

“Eu não aceitei fazer [essas obras]. Não fui contra que o governo do Estado fizesse, porque foi isso que ele apresentou à equipe da COP”, disse Rodrigues. “Eu não perturbo a obra do governo do Estado. Apenas acho que foi um erro que o governo federal aprovasse uns projetos que não são os mais importantes para Belém.”

Normando rebate a crítica e afirma que os comentários são para “diminuir o trabalho de quem realmente esteve à frente dessa articulação e, ao mesmo tempo, da execução das obras”.

Questionada sobre os comentários de Rodrigues, a Casa Civil disse que “os recursos serão utilizados em obras e intervenções fundamentais à realização de um evento do porte da Conferência do Clima”. Os investimentos disponibilizados pelo governo federal para a COP30 somam R\$ 3,7 bilhões, advindos de três fontes: Novo PAC, do BNDES, de Itaipu.

“Contamos com o empenho e compromisso de todos os atores envolvidos nas esferas federal, estadual e municipal”, afirmou a pasta.

Aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, cuja gestão em relação às questões climáticas foi criticada por especialistas, Éder Mauro celebra a atração de investimentos ligados à COP30, mas adota discurso ponderado em relação à defesa do meio ambiente.

“É uma situação que vai fazer com que aqueça o nosso setor hoteleiro, vai trazer empregos diretos e indiretos”, afirma. “Mas eu, como eu penso a questão do meio ambiente, quero discutir tudo isso. Eu vou levar a pauta de que a gente precisa preservar o meio ambiente, mas a gente não pode parar o progresso. A gente não pode empatar o homem do campo de fazer a plantação dele, a gente não pode empatar que o pessoal do agronegócio continue trabalhando e alimentando o mundo inteiro”, afirma.

Aposta para movimentar a economia, a capacidade do setor hoteleiro de Belém segue considerado o principal desafio para receber a conferência. Apesar de os governantes adotarem um discurso otimista, interlocutores admitem nos bastidores que a questão ainda é uma preocupação.

A estimativa é que serão necessários pelo menos 11 mil leitos para as categorias A e B (alto padrão), quando a cidade dispõe de menos de mil unidades.

Segundo o secretário de Infraestrutura do Estado, Adler Silveira, ao menos duas grandes redes estão construindo empreendimentos de alto padrão na cidade, com 800 leitos. Outra parte do problema será resolvida com obras de dragagem que possibilitarão a ancoragem de navios de cruzeiro na cidade durante o evento. A estimativa é que as embarcações providenciem entre 4 mil e 5 mil leitos adicionais.

O governo do Estado também firmou uma parceria com o Airbnb e está estimulando em propagandas na TV a população a cadastrar seus imóveis para receber os integrantes de delegações da COP.

Segundo a empresa, “o acordo inclui áreas de cooperação como empoderamento econômico, com a criação de materiais informativos e educacionais para potenciais anfitriões na plataforma; promoção turística digital de Belém como sede da COP30; e turismo regenerativo, por meio de iniciativas de sustentabilidade, empreendedorismo e preservação cultural”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 07/08/2024

WILSON SONS MOVIMENTA 116,6 MIL CONTÊINERES EM JULHO, ALTA ANUAL DE 39,9%

Por Victor Meneses, Valor — São Paulo



Terminal de contêineres Rio Grande (RS) da Wilson Sons — Foto: Divulgação/Wilson Sons

A empresa de logística portuária Wilson Sons movimentou 116,6 mil TEUs (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) em julho, alta de 39,9% em relação ao volume reportado no mesmo período de 2023.

Veja tudo sobre o balanço da Wilson Sons e outros indicadores financeiros, além de todas as notícias

sobre a companhia no Valor Empresas 360

Do volume total registrado no mês passado, 91,8 mil TEUs foram de unidades cheias, 45,4% a mais ante o reportado no mesmo período em 2023, enquanto os contêineres vazios somaram 24,8 mil TEUs, alta de 22,7% na mesma base de comparação.

No Terminal Rio Grande foram movimentados 73 mil TEUs em julho, alta de 48,6% em comparação anual. Já no Terminal Salvador, o volume chegou a 43,6 mil TEUs, avanço de 27,3% na mesma base comparativa.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 07/08/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

BNDES PROJETA CARTEIRA MAIS ROBUSTA DE PROJETOS NAVAIS A PARTIR DE 2025

Por Danilo Oliveira Indústria naval 07/08/2024 - 22:14

Principal agente do FMM observa movimentos de retomada que devem resultar em aumento mais significativo no número de pedidos de apoio financeiro e em ampliação dos segmentos no próximo ano em diante

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) projeta uma retomada gradual e uma participação maior do apoio financeiro à indústria naval a partir deste ano, com crescimento maior de 2025 em diante. A avaliação é que, após um longo período de crise, que reduziu a quantidade de projetos, a demanda do setor de petróleo e gás voltou a aquecer, com uma busca por embarcações mais eficientes. A expectativa é que este cenário resulte em novos pedidos de financiamento, com a ampliação dos segmentos atendidos.

A chefe de Departamento de Gás, Petróleo e Navegação do banco, Elisa Salomão, citou a Petrobras, que tem perspectivas de investimentos da ordem de US\$ 73 bilhões até 2028 em seu plano de negócios, com possíveis demandas para o setor naval. Entre elas, 38 embarcações de apoio marítimo (12 PSVs, 10 OSRVs e 16 RSVs), 16 navios de carga (4 petroleiros, 8 gaseiros e 4 MRs), além de 14 novos FPSOs que entrarão em operação e de 23 plataformas para descomissionamento e desmantelamento no período.

"Hoje temos investimentos mais voltados a docagens e modernizações, mas esperamos que isso mude. Começamos a ver movimento por novas construções de embarcações. A ideia é números cresçam um pouco o número em 2024 e tenhamos de 2025 para frente uma demanda maior", analisou Elisa, nesta quarta-feira (7), durante o Seminário sobre financiamentos, garantias e seguros para construção naval e offshore, promovido pela Abeemar e pelo Sinaval, no Rio de Janeiro.

Elisa destacou que as mais recentes possibilidades de uso do Fundo da Marinha Mercante (FMM) incluem a construção e integração de módulos de plataformas e o desmantelamento de plataformas e outras embarcações. Ela lembrou que, no primeiro semestre de 2024, o conselho diretor do fundo (CDFMM) aprovou prioridade de apoio financeiro para os projetos Seap 1 e 2 e disse que existe a possibilidade de novas aprovações semelhantes no futuro. O banco de fomento, que representa 75% das contratações do fundo setorial, também enxerga demanda por embarcações de carga motivada pelo crescimento do setor agrícola e por investimentos no setor hidroviário, entre outros projetos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/08/2024

PETROBRAS ATUALIZA EDITAL PARA AFRETEAMENTO DE 12 PSVS

Por Danilo Oliveira Offshore 07/08/2024 - 21:20



Arquivo/Divulgação

Limite de embarcações por licitante passou de 4 para 6 embarcações. Cumprimento do conteúdo local de 40% será realizado ao término de cada construção

A Petrobras prorrogou, até o próximo dia 13 de setembro, o prazo para apresentação de propostas para o afretamento de 12 PSVs (transporte de suprimentos), cuja licitação foi lançada em abril. O limite de embarcações a ser contratado por licitante, seja individual ou por grupo econômico, aumentou das quatro iniciais para seis embarcações de apoio marítimo. Já o prazo máximo de execução contratual passa a ser de 12 anos, sendo mantidos os prazos de 10 e 8 anos publicados anteriormente.

A comprovação do cumprimento ao percentual de conteúdo local previsto de 40% deverá ser realizada ao término da construção de cada embarcação. A verificação do atendimento ao percentual estabelecido terá como base o certificado de conteúdo local da construção de cada embarcação.

As informações constam em uma circular da companhia, da última quinta-feira (1º), por meio da qual foram respondidos questionamentos sobre aplicação do conteúdo local e quantidade máxima a ser

contratada por cada licitante. No documento, a Petrobras acrescentou que ainda poderá prestar outros esclarecimentos complementares para questionamentos que estiverem pendentes.

O prazo de mobilização previsto é de 4 anos (1.460 dias) para a entrega de até duas embarcações. Caso a licitante apresente proposta para mais unidades, esse prazo é aumentado em mais 180 dias para cada embarcação adicional, até o limite de 2.180 dias, para o quantitativo de 6 embarcações ofertadas, desde que sejam construídas no mesmo estaleiro.

O edital permite a contratação de uma mesma licitante (empresa individual ou grupo econômico) com propostas apresentadas em mais de um lote, desde que a quantidade total de embarcações a serem contratadas em todos os lotes esteja limitada ao quantitativo máximo permitido, que é de 6 embarcações por empresa.

A Petrobras projeta investimentos da ordem de US\$ 2,5 bilhões na contratação de até 38 barcos de apoio offshore. Além dos 12 PSVs, os planos da companhia preveem a contratação de 10 OSRVs (combate a derramamento de óleo) e 16 RSVs (embarcações equipadas com robôs) até 2030.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/08/2024

PORTO DE SANTOS SE PREPARA PARA ASSUMIR SISTEMA DE VT MIS

Da Redação Portos e logística 07/08/2024 - 19:17



Divulgação

Após dez anos, o Sistema de Gerenciamento e Informações do Tráfego de Embarcações (VTMIS) do Porto de Santos será implementado. Atualmente, este serviço é realizado pela Praticagem em coordenação com a APS, que em breve assumirá o monitoramento dos navios, atendendo exigência do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Fundação Ezute auxiliará a APS no planejamento e condução do procedimento licitatório, resultando na contratação de uma empresa para a transição. Claudia Tocantins, Gerente de Projetos da Fundação Ezute, destacou que a previsão é publicar o edital de licitação em outubro deste ano, com a intenção de selecionar uma integradora e assinar o contrato de implementação do sistema a partir do segundo trimestre de 2025.

O gestor do VTMIS da APS, comandante Carlos Marden Soares Pereira da Silva, informou que a última pendência necessária para divulgação do edital foi concluída em 1º de agosto, com a autorização das dispensas de licenciamento ambiental por parte da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

O VTMIS é um sistema de auxílio eletrônico à navegação, capaz de prover o monitoramento ativo, em tempo real, do tráfego aquaviário. O sistema promove a integração de um grande volume de informações provenientes de dispositivos e sensores, visando garantir a segurança e eficiência da navegação e das operações portuárias, além da proteção ao meio ambiente.

Quando integralmente implementado, o sistema permitirá ao Porto de Santos e às agências marítimas maior previsibilidade, essencial para a organização do tráfego aquaviário e o planejamento das manobras de entrada e saída dos navios. A solução tecnológica possibilitará que a Autoridade Portuária atribua o sequenciamento das manobras e defina a prioridade dos navios, aumentando a efetividade das operações portuárias.

O comandante Marden destacou que a previsibilidade do sistema otimizará o planejamento do transporte marítimo, permitindo que navios ajustem sua velocidade para chegar e entrar diretamente no Porto de Santos, sem necessidade de aguardar para atracar. Além disso, o VTMIS poderá apoiar operações da Polícia Marítima (Nepom-PF), Marinha do Brasil, Receita Federal, entre outros, na

repressão aos ilícitos contra navios, tráfico de drogas e contrabando, ao permitir detectar e identificar, em tempo real, embarcações suspeitas ou não autorizadas a navegar na área marítima do Porto Organizado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/08/2024

MODAL AQUAVIÁRIO CRESCE 4,28% NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024

Por Lorena Parrilha Teixeira Portos e logística 07/08/2024 - 19:20



Relatório da ANTAQ revela aumento na movimentação de contêineres e nos granéis sólidos

No primeiro semestre de 2024, o modal aquaviário movimentou 644,76 milhões de toneladas de cargas, representando um crescimento de 4,28%. O aumento foi impulsionado especialmente pela área de contêineres, que atingiram um recorde para o período, com uma movimentação de 73,3 milhões de toneladas, um aumento de 22,72% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Os dados foram divulgados hoje pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários

(Antaq).

Das cargas movimentadas, 413,2 milhões de toneladas foram transportadas por Terminais de Uso Privado (TUPs), representando 64% do total movimentado no setor portuário. Esse valor representa um aumento de 2,12% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Entre os TUPs que mais movimentaram cargas no semestre, destaca-se o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA), que registrou um crescimento de 6,47%, movimentando 74,7 milhões de toneladas.

No âmbito dos portos públicos, o porto de Santos apresentou o maior volume de movimentação no semestre, com 68,6 milhões de toneladas, registrando um aumento de 8,42% em relação ao mesmo período de 2023. O porto foi responsável por movimentar 10,6% do total de produtos transportados no país. Os portos públicos, no total, movimentaram 231,6 milhões de toneladas nos primeiros seis meses do ano, um aumento de 8,37% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

"Isso mostra que o Brasil está crescendo na agenda portuária, está se desenvolvendo, e é para isso que precisamos avançar no fortalecimento dos nossos portos públicos, melhorando cada vez mais a governança desses portos. Devemos investir na infraestrutura operacional, através de investimentos em dragagens, qualificação e VTMLs, melhorando a inteligência dos nossos portos públicos. Isso vai gerar competitividade, permitindo realizar operações mais eficientes nos portos brasileiros." disse Silvio Costa Filho, Ministro de Portos e Aeroportos.

O ministro ainda ressaltou em sua fala que acontecerão mais de 33 leilões nos próximos três anos que equivalem a mais de 15 bilhões de reais de investimentos. Ele ainda explicou que "Nós temos uma carteira do Novo Pac na ordem de 70 bilhões de reais e, nessa carteira, em torno de 60 bilhões é com a iniciativa privada, dos quais já temos mais de 30 bilhões contratados, porque estamos trabalhando para acelerar os investimentos".

De acordo com o relatório da agência, os granéis sólidos representam aproximadamente 60% de toda a movimentação nos portos e registraram um aumento de 3,65% em relação ao primeiro semestre de 2023, totalizando 383 milhões de toneladas de cargas movimentadas. Desde 2010, este foi o melhor resultado para o semestre.

Já os granéis líquidos e gasosos permaneceram estáveis nos primeiros seis meses deste ano, com 158,58 milhões de toneladas, em comparação com 158,55 milhões de toneladas no mesmo período de 2023, um crescimento de 0,02%. Em contraste, as cargas gerais diminuíram 2,02% nos primeiros seis meses do ano em relação a 2023, somando 29,87 milhões de toneladas.

"O desempenho aquaviário é um trabalho importantíssimo que a agência realiza na consolidação das cargas movimentadas por todos os portos públicos e privados. É um trabalho meticuloso que envolve tratamentos estatísticos desenvolvidos ao longo dos anos. São mais de 250 instalações portuárias, entre terminais públicos e privados, que encaminham seus dados, e a agência os consolida para que o setor possa saber efetivamente quanto foi movimentado.", disse Eduardo Nery, diretor-geral da ANTAQ.

Os portos da região Sudeste lideraram no semestre com 322,5 milhões de toneladas movimentadas, um aumento de 6,1%, destacando petróleo e derivados (exceto óleo bruto) com +19,62% e minério de ferro com +10%. No Sul, a movimentação de cargas cresceu 4,6%, totalizando 90,8 milhões de toneladas, com aumentos significativos no açúcar (+77,60%) e soja (+18,31%). O Nordeste, responsável por 23,1% das movimentações do país, cresceu 4,1% com 149,2 milhões de toneladas, impulsionado por ferro (+6,16%) e petróleo e derivados (+2,38%). No Norte, foram movimentados 79,5 milhões de toneladas, um aumento de 0,6%, com milho (+17,92%) e bauxita (+3,16%) em destaque.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/08/2024

MAERSK REGISTRA CRESCIMENTO DE 7% NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024

Da Redação Navegação 07/08/2024 - 19:21



Maersk apresentou um crescimento, no segundo trimestre de 2024, de 7,5%, em comparação com 1,4% no primeiro trimestre do ano na margem EBIT. Os resultados foram por causa do aumento da rentabilidade no setor Marítimo e pelo crescimento sólido em Logística e Serviços. Além disso, a Maersk atualizou sua orientação financeira para 2024 em 1º de agosto devido à prolongada crise no Mar Vermelho e à contínua demanda robusta do mercado.

O setor Marítimo da Maersk registrou um forte crescimento de volume e taxas de frete mais elevadas, especialmente nas exportações da Ásia. Apesar dos custos operacionais aumentados devido ao redirecionamento das embarcações para o sul do Cabo da Boa Esperança, a rentabilidade do setor voltou a ser positiva, apresentando uma melhora em relação ao primeiro trimestre de 2024 e ao quarto trimestre de 2023.

Logística e Serviços cresceram 7% em comparação com o mesmo período do ano anterior. A melhora na rentabilidade foi impulsionada pelo aumento da taxa de utilização de ativos, pelo bom controle de custos e pelos avanços em iniciativas para enfrentar os desafios de implementação dos clientes no negócio de frete terrestre na América do Norte. Os Terminais Portuários também continuaram a apresentar crescimento de volume, especialmente na América do Norte. A receita por movimentação aumentou devido a taxas mais altas e ao aumento do armazenamento, enquanto o custo por movimentação teve um ligeiro incremento.

A Maersk revisou sua orientação financeira para 2024 devido às interrupções na cadeia de fornecimento causadas pela situação no Mar Vermelho/Golfo de Aden e à forte demanda do mercado de contêineres. A empresa espera agora um crescimento do mercado global de contêineres entre 4% e 6%, em linha com o mercado. O CAPEX previsto para o período 2024 e 2025 foi ajustado para um intervalo de US\$10 bilhões a US\$11 bilhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/08/2024

GOVERNO FEDERAL CONTINGENCIA RECURSOS NO ORÇAMENTO

Da Redação Portos e logística 07/08/2024 - 19:22



No final de julho, o Governo Federal publicou o Decreto nº 12.120, de 30 de julho de 2024, contingenciando recursos no orçamento federal. Este decreto altera o Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2024.

O Ministério dos Portos e Aeroportos (MPOR) se pronunciou sobre os impactos do decreto em suas operações. Em resposta aos cortes orçamentários, o

MPOR informou que o montante de R\$ 168 milhões será distribuído entre diversas áreas do ministério. Os percentuais de distribuição estão sendo discutidos internamente, com o objetivo de não comprometer nenhuma ação específica e evitar a retirada total de qualquer ação da programação orçamentária.

O MPOR destacou que o corte não afetará as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

"O Ministério de Portos e Aeroportos ressalta ainda que esse montante não impactará nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento, portanto, o MPOR dará continuidade às obras do PAC", afirmou a nota.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) informou que o corte orçamentário em sua gestão foi de apenas 2%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/08/2024

ARTIGO - COMPROMISSO COM A RETOMADA DA INDÚSTRIA NAVAL

Por Ariovaldo Rocha Opinião 07/08/2024 - 10:48



O Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (SINAVAL) recebeu com satisfação a recente abertura de licitação da Transpetro para a contratação de quatro navios da classe "HANDY", com capacidade de 15 mil a 18 mil toneladas de porte bruto, com o primeiro lançamento de embarcação previsto para 2026.

A nova licitação é um marco e reforça o compromisso citado pela nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, com a retomada do crescimento da indústria naval brasileira. Desde sua posse, as análises da opinião

pública, muitas vezes focadas em crises anteriores e em questionar a viabilidade econômica e a eficiência do setor, ignoraram um aspecto crucial: a Indústria Naval é um elemento estratégico de soberania nacional e de desenvolvimento econômico.

O setor, no País, está pronto para operar: os estaleiros possuem parque instalado de nível mundial, com investimentos de modernização e construção recentes de novas plantas, além de recursos aplicados em gestão, governança e integridade. Essa indústria não só gera empregos, mas também promove o desenvolvimento em diversos níveis, desde o processamento, por exemplo, de aço, até a tecnologia de ponta em Engenharia Naval.

A decisão, contida na licitação, de instituir taxas de financiamento mais atrativas, por meio do Fundo da Marinha Mercante (FMM), indo de 2,3% a 3,3% ao ano para o Sistema Petrobras, é fundamental para esta retomada. Além dos recursos mais atrativos, haverá a possibilidade de cerca de 65% de

conteúdo local nas contratações. No edital, também há um mecanismo de equalização tributária, passando a considerar nas propostas internacionais o custo futuro com os tributos de importação para nacionalizar os navios (taxas de importação, ICMS, PIS, Cofins).

Em todo o mundo, o setor naval é amplamente subsidiado pelos governos e é uma política de Estado em diversas nações desenvolvidas. Países como Estados Unidos, Coreia do Sul e China oferecem incentivos significativos, reconhecendo a importância estratégica da indústria naval para suas economias.

No Brasil, essa política é necessária e igualmente vital. Desenvolver a Indústria Naval é uma política de Estado que transcende administrações governamentais. Dependendo de estaleiros estrangeiros e tecnologias externas coloca em risco a segurança e a competitividade do País em um cenário global de desafios globais significativos, incluindo a disputa acirrada e as flutuações econômicas.

Os países que investem continuamente em suas indústrias navais conseguem se manter competitivos e preparados para as demandas futuras. No Brasil, o apoio governamental e a implementação de políticas de longo prazo são fundamentais para garantir que a Indústria Naval continue a evoluir e a contribuir para a economia nacional.

É essencial que a sociedade compreenda a importância estratégica desta indústria e que as críticas, quando descontextualizadas, podem prejudicar um setor vital para o desenvolvimento econômico e a soberania nacional. Com políticas de Estado robustas e apoio contínuo, o Brasil pode garantir um futuro próspero e independente para esse segmento industrial.



Ariovaldo Rocha *Ariovaldo Rocha é Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (SINAVAL)*

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 07/08/2024

MAERSK ANUNCIA NOVOS CONSTRUÇÕES E CONTRATOS DE FRETAMENTO DE NAVIOS DE DUPLO COMBUSTÍVEL

Da Redação Navegação 07/08/2024 - 06:40



A dinamarquesa AP Moller - Maersk está contratando a construção de novos navios e firmando contratos de fretamento por tempo para embarcações de combustível duplo, para atender à renovação de sua frota, planejada para cerca de 160 mil TEUs por ano.

A companhia destaca que seu programa de renovação de frota "é fundamental para manter a vantagem competitiva nos negócios oceânicos e é uma pedra angular na descarbonização de nossas operações".

Segundo a Maersk, a decisão de firmar novos contratos de fretamentos e ampliar a carteira de encomendas se deve ao fator de que os estaleiros estão abarrotados e com prazo de entrega alongado. No total, entre fretamento e construção, os pedidos somam 800 mil TEUs, o que garantiria um fluxo constante de capacidade para os anos de 2026-2030. Serão de 50 a 60 navios, combinando embarcações de combustível duplo próprias e fretadas

"A capacidade encomendada será uma mistura de própria e fretada, garantindo que a Maersk mantenha uma forte flexibilidade financeira e operacional enquanto continua a possuir uma parte significativa de sua tonelagem estratégica. Os navios vêm em tamanhos diferentes, oferecendo grande opcionalidade de rede. Em linha com o compromisso da Maersk com a descarbonização,

todos os navios serão de combustível duplo com a intenção de operá-los com combustível de baixa emissão", anuncia a Maersk.

Para garantir a competitividade de longo prazo da frota e sua capacidade de cumprir as metas de descarbonização, a companhia elegeu uma mistura de sistemas de propulsão de combustível duplo de metanol e gás liquefeito. Embora o metanol verde provavelmente se torne o caminho mais competitivo e escalável para a descarbonização no curto prazo, a Maersk também prevê um futuro multicomcombustível para a indústria, que inclui biometano liquefeito. Assim que os navios forem entregues, cerca de 25% da frota da Maersk será equipada com motores de combustível duplo.

Esses pedidos não aumentarão a capacidade geral e, com o tempo, cada embarcação que chegar substituirá uma embarcação desmantelada que atingiu o fim da vida útil. O objetivo é manter o tamanho da frota em cerca de 4,3 milhões de TEUs.

Aproximadamente 300 mil TEUs serão capacidade própria, enquanto os 500 mil TEUs restantes serão planejados por meio de acordos de fretamento por tempo.

A divisão exata das tecnologias de propulsão será determinada considerando o futuro arcabouço regulatório e o fornecimento de combustíveis verdes.

A Maersk iniciou o trabalho de garantir acordos de compra de biometano liquefeito (bio-GNL) para garantir que os novos navios movidos a gás de combustível duplo proporcionem reduções nas emissões de gases de efeito estufa nesta década.

A companhia anunciou anteriormente encomendas de 25 navios próprios de metanol com combustível duplo; cinco em serviço e 20 encomendados, somando cerca de 350 mil TEUs de capacidade de combustível duplo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/08/2024

FINEP FINANCIA DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL DE "BARCO VOADOR" PARA A AMAZÔNIA

Da Redação Navegação 07/08/2024 - 06:18



A Finep acaba de aprovar novo financiamento ao projeto do Volitan, produto da startup Aeroriver, criada em 2021, em parceria com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). O veículo é capaz de voar sobre os rios e chegar ao destino em um terço do tempo das lanchas mais velozes no mercado.

O financiamento, de cerca de R\$ 10 milhões, tem destinação para desenvolvimento estrutural do barco voador, com o objetivo de revolucionar o transporte de cargas e pessoas na Amazônia, aliando sustentabilidade e inovação.

Com 18 metros de comprimento, poderá percorrer uma distância de até 450 quilômetros sem reabastecer, operando a uma altura de cinco a 10 metros da água e velocidade de 150 km/h. Além disso, o veículo emite menos CO2 do que embarcações e aeronaves.

Diante dos desafios logísticos e ambientais da Amazônia, em que a construção de estradas enfrenta altos custos e grandes impactos ecológicos, a tecnologia promete uma revolução floresta adentro: terá impacto social com o transporte mais eficiente e rápido de pessoas e cargas essenciais para a população ribeirinha, como alimentos e medicamentos.

“Nosso objetivo maior é mesmo resolver problemas logísticos na região Amazônica. Este veículo representa uma solução inovadora, superando as limitações de velocidade dos barcos tradicionais e minimizando o impacto ambiental”, diz o engenheiro aeronáutico e um dos sócios da startup Lucas Guimarães.

O empresário destaca que o Volitan será o primeiro veículo de efeito solo adaptado para o território amazônico e terá capacidade para transportar 10 passageiros ou uma tonelada de carga. A proposta foca no desenvolvimento do projeto estrutural do veículo, centrando no desenvolvimento do airframe do Volitan, incluindo etapas de revisão aerodinâmica, definição de requisitos técnicos e planejamento da industrialização.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/08/2024

PORTOCEL RECEBE PRIMEIRA CARGA NO TERMINAL DA SUZANO EM SANTOS

Da Redação Portos e logística 07/08/2024 - 06:10



A Portocel, operadora portuária e de terminais, recebeu no domingo (4) a primeira carga no terminal da Suzano (T32), em Santos (SP). Foram 60 vagões que chegaram por meio da ferrovia que acessa o terminal.

A empresa, que mantém um porto em Aracruz, no Espírito Santo, com capacidade para embarcar 7,5 milhões de toneladas/ano de diferentes produtos, realizou seu primeiro recebimento desde que começou a operar o T32 em Santos, em junho deste ano, primeira unidade da empresa fora do estado capixaba.

A Portocel, que conta com mais de 300 colaboradores diretos na sua unidade em Aracruz, contratou recentemente 50 trabalhadores em Santos, para apoiar suas operações na cidade. Com a expansão para Santos, a empresa abre portas para a ampliação de suas atividades.

O T32 acaba de passar por uma reforma que ampliou sua capacidade de armazenagem em cerca de 7 mil m² e adicionou mais quatro linhas à sua malha ferroviária. Com dois pórticos para descarregamento, a estrutura tem capacidade para 44 vagões com descargas simultâneas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/08/2024

APÓS INVENTÁRIO COMPLETO DE GEE, PORTOS RS OBTÉM SELO PRATA DO GHG PROTOCOL

Da Redação Portos e logística 07/08/2024 - 06:07



Um ano após aderir ao programa brasileiro responsável pela adaptação do GHG Protocol para o desenvolvimento de ferramentas de cálculo para estimativas de emissões de gases do efeito estufa (GEE), a Portos RS recebeu o Selo Prata no inventário de emissões realizado neste ano. A empresa também obteve o selo de participação no ciclo 2024.

No ano passado, a autoridade portuária já havia recebido o Selo Bronze e segue trabalhando na busca pelo Ouro. O GHG Protocol é uma referência mundial quando o assunto é sustentabilidade.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 072/2024
Página 56 de 56
Data: 07/08/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Além de renovar a adesão ao ciclo de 2024, a Portos RS promoveu a qualificação dos processos de relatos de gases do efeito estufa (GEE), compreendendo as emissões das unidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, configurando um inventário completo.

O Mapa Estratégico 2023/2026 da Portos RS tem o cuidado com o meio ambiente como uma de suas pautas principais. “A busca por melhores práticas ambientais em relação à emissão de gases do efeito estufa passa por uma série de processos, os quais ficaram evidenciados na obtenção do Selo Bronze, quando realizamos um inventário parcial, e agora ao conquistarmos o Selo Prata. Tudo isso é resultado do comprometimento da Portos RS para a garantia de que as operações portuárias aconteçam de maneira equilibrada com o meio onde estão inseridas”, afirmou o presidente da Portos RS, Cristiano Klinger.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 07/08/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 07/08/2024